

# Relatório & Contas PRIMEIRO SEMESTRE 2008



## **ÍNDICE**

PRINCI	PAIS INDICADORES	3
INFORM	NAÇÃO FINANCEIRA	4
1.		
2.		
3.	BALANÇO CONSOLIDADO	11
4.		
5.	INVESTIMENTO	15
INFORM	NAÇÃO POR SEGMENTOS	16
1.	EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO	16
2.	REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO	18
3.	GAS & POWER	20
<b>ACÇÃO</b>	GALP ENERGIA	22
FACTOS	RELEVANTES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008	23
EVENTO	S APÓS O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008	27
ANEXO	5	29
CONTA	CONSOLIDADAS	32
INFORM	NAÇÃO ADICIONAL	83



## **PRINCIPAIS INDICADORES**

### Indicadores financeiros

Nilhões de Euros				
	Primeiro semestre			
	2007 2008 Variação % V			
Vendas e prestações de serviços	5.885	7.537	1.651	28,1%
EBITDA	646	847	201	31,1%
EBITDA replacement cost	505	444	(61)	(12,0%
EBITDA replacement cost ajustado <sup>1</sup>	500	449	(51)	(10,2%
Resultado operacional	517	725	208	40,2%
Resultado operacional <i>replacement cost</i>	376	322	(54)	(14,3%
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado <sup>1</sup>	379	316	(63)	(16,5%
Resultado líquido	401	524	123	30,7%
Resultado líquido replacement cost	283	218	(64)	(22,7%
Resultado líquido <i>replacement cost</i> ajustado <sup>1</sup>	285	214	(72)	(25,1%

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Resultados ajustados excluem efeito *stock* e eventos não recorrentes.

### Indicadores de mercado

	Primeiro semestre			
	2007	2008	Variação	% Var.
Margem <i>cracking</i> de Roterdão¹ (Usd/bbl)	3,5	1,7	(1,8)	(52,4%)
Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de				
Roterdão <sup>1</sup> (Usd/bbl)	2,3	(2,0)	(4,3)	S.S
Preço de gás natural <i>henry hub</i> ² (Usd/MMbtu)	7,4	10,0	2,7	36,2%
Preço médio <i>brent dated</i> ³ (Usd/bbl)	63,3	109,1	45,9	72,5%
Taxa de câmbio média <sup>4</sup> Eur/Usd	1,33	1,53	0,2	15,2%
Euribor - seis meses <sup>4</sup> (%)	4,1	4,7	0,6	15,7%

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Fonte: Platts. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo das margens de Roterdão vide "Definições". <sup>2</sup> Fonte: Reuters.

## Indicadores operacionais

		Primeiro semestre			
	2007	2008	Variação	% Var.	
Produção média <i>Working</i> (kbbl/dia)	17,1	14,7	(2,4)	(14,1%	
Produção média <i>net entitlement</i> (kbbl/dia)	12,5	10,6	(1,9)	(15,1%	
Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	6,6	3,5	(3,0)	(46,1%	
Matérias-primas processadas (milhões ton)	7,1	7,1	(0,1)	(1,0%	
Vendas <i>oil</i> clientes directos (milhões ton)	4,7	4,6	(0,0)	(0,5%	
Vendas de gás natural (milhões m³)	2.466	2.950	484	19,6%	
Geração de energia <sup>1</sup> (GWh)	781	774	(7)	(0,8%	

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Inclui empresas que não consolidam mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Fonte: Platts.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Fonte: Banco Central Europeu. Euribor 360.



## INFORMAÇÃO FINANCEIRA

## 1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nilhões de Euros				
	Primeiro semestre			
	2007	2008	Variação	% Var.
Vendas e prestações de serviços	5.885	7.537	1.651	28,1%
Custos operacionais	(5.265)	(6.707)	1.441	27,49
Outros proveitos (custos) operacionais	26	17	(9)	(34,29
EBITDA	646	847	201	31,19
Amortizações e provisões	(129)	(122)	(7)	(5,4%
Resultado operacional	517	725	208	40,29
Resultados de empresas associadas	32	22	(10)	(31,29
Resultados de investimentos	1	(0)	(1)	S
Resultados financeiros	(20)	(14)	7	33,1 <sup>0</sup>
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	530	733	204	38,40
Imposto sobre o rendimento	(126)	(206)	81	64,20
Interesses minoritários	(3)	(3)	(0)	(4,30
Resultado líquido	401	524	123	30,79
Resultado líquido	401	524	123	30,7
Efeito stock	(118)	(306)	187	158,0 <sup>0</sup>
Resultado líquido <i>replacement cost</i>	283	218	(64)	(22,70
Eventos não recorrentes	3	(5)	(7)	9
Resultado líquido <i>replacement cost</i> ajustado	285	214	(72)	(25,19

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

O resultado líquido em IFRS do primeiro semestre de 2008 foi de €524 milhões, ou seja, €123 milhões, ou 30,7%, superior ao do período homólogo. Este aumento deveu-se à valorização de existências reflectida no efeito *stock*, mais do que duas vezes superior ao valor de 2007, em consequência da subida do preço do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

Em termos ajustados, os resultados atingiram os €214 milhões, menos 25,1% do que no período homólogo. A melhoria do desempenho operacional dos segmentos de negócio de Gas & Power e de

Exploração & Produção não foi suficiente para compensar a evolução desfavorável do segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

Adicionalmente, o aumento de €81 milhões no valor total do imposto sobre o rendimento que resultou do aumento das vendas de crude em Angola e do aumento dos impostos diferidos resultante do efeito *stock* penalizou o resultado líquido em IFRS (Ver explicação na rubrica Imposto sobre o Rendimento).



#### RESULTADOS OPERACIONAIS

Ailhões de Euros					
	Primeiro semestre				
	2007 2008 Variação %				
Exploração & Produção	71	85	14	19,5%	
Refinação & Distribuição	343	462	119	34,8%	
Gas & Power	100	171	70	70,1%	
Outros	3	8	4	121,7%	
Resultado operacional	517	725	208	40,2%	
Resultado operacional	517	725	208	40,2%	
Efeito stock	(142)	(403)	261	184,7%	
Resultado operacional replacement cost	376	322	(54)	(14,3%)	
Eventos não recorrentes	3	(5)	(9)	S.S	
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado	379	316	(63)	(16,5%)	

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

O resultado operacional em IFRS do primeiro semestre de 2008 foi de €725 milhões, ou seja, 40,2% superior ao de igual período de 2007. Em termos ajustados, excluindo o efeito *stock* e os eventos não recorrentes, o resultado operacional foi de €316 milhões, ou seja, uma diminuição de 16,5% em comparação com o primeiro semestre de 2007. Os resultados *replacement cost* ajustados do segmento de negócio de Gas & Power, em virtude do aumento do volume de gás natural vendido, e do negócio de Exploração & Produção, dado o aumento do preço de referência do

crude nos mercados internacionais, deram um contributo positivo. No entanto, o bom desempenho destes segmentos não foi suficiente para compensar a diminuição dos resultados do segmento de negócio de Refinação & Distribuição, que foram negativamente afectados pela desvalorização do dólar americano face ao euro e por um contexto menos favorável das margens de refinação internacionais.

## 2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

#### **VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

Milhões de Euros						
		Primeiro semestre				
	2007	2007 2008 Variação % Var.				
Exploração & Produção	93	155	61	65,8%		
Refinação & Distribuição	5.240	6.644	1.404	26,8%		
Gas & Power	666	916	250	37,6%		
Outros	50	58	8	16,4%		
Ajustamentos de consolidação	(163)	(236)	(72)	(44,3%)		
	5.885	7.537	1.651	28,1%		

As vendas e prestações de serviços de €7.537 milhões no primeiro semestre de 2008 aumentaram 28,1% em relação ao período homólogo. Este aumento foi transversal a todos os segmentos de negócio, dada a

subida dos preços do crude, dos produtos petrolíferos e do gás natural nos mercados internacionais.

Além disso, o segmento de Gas & Power beneficiou do aumento das quantidades vendidas.



#### **OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS**

Milhões de Euros				
	Primeiro semestre			
	2007 2008 Variação % Var.			
Outros proveitos operacionais líquidos	26	17	(9)	(34,2%)
Eventos não recorrentes	(6)	9	15	S.S.
Outros proveitos oper. líquidos ajustados	20	26	6	29,9%

Em termos de outros proveitos operacionais líquidos, o primeiro semestre de 2008 teve uma diminuição de 34,2% face ao período homólogo, o que se justifica pela contabilização no segundo trimestre de 2008, em outros custos operacionais, do custo de abandono de 10 blocos na actividade de exploração *onshore* no Brasil, classificado como actividade não recorrente, no montante de €9,4 milhões.

De referir que os valores de 2007 foram modificados devido à alteração introduzida na contabilização do IRP, de forma a serem comparáveis com os valores apresentados para o primeiro semestre e o segundo trimestre de 2008.

#### **CUSTOS OPERACIONAIS**

Milhões de Euros					
		Primeiro semestre			
	2007	2007 2008 Variação % Var.			
Custo das mercadorias vendidas	4.837	6.262	1.425	29,5%	
Fornecimentos e serviços externos	298	309	10	3,4%	
Custos com pessoal	130	136	6	4,5%	
	5.265	6.707	1.441	27,4%	

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

Os custos operacionais do primeiro semestre de 2008 foram de €6.707 milhões, mais 27,4% do que no período homólogo de 2007. A rubrica que aumentou mais foi a do custo das mercadorias vendidas devido ao aumento do preço do crude e de outras matériasprimas. O aumento foi de 29,5%, o que representou 98,9% do total da variação dos custos operacionais. Utilizando o método de *replacement cost*, o custo das mercadorias vendidas foi de €6.666 milhões, 6,4% acima do valor em IFRS, com um aumento de 33,9% face ao período homólogo que reflectiu o aumento do preço do petróleo e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

Os fornecimentos e serviços externos atingiram €309 milhões de euros, que não são directamente

comparáveis com o montante correspondente de 2007 por este incluir custos de armazenagem de gás natural no montante de €4,7 milhões, que passaram a ser contabilizados como custo das mercadorias vendidas. Tornando os períodos comparáveis, os fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de 5,1%, o que se deveu a (i) um aumento dos custos de produção do segmento de negócio de Exploração & Produção, nomeadamente os custos de manutenção dos campos BBLT e Kuito e o aumento generalizado do custo dos serviços e equipamentos da indústria, (ii) um incremento nos custos com conservação e reparação, predominantemente na refinaria de Sines, com vista à preparação da paragem geral que irá ocorrer em Setembro e Outubro, (iii) um aumento global dos custos com energia, essencialmente de electricidade nas refinarias e (iv) custos mais elevados



com serviços de armazenagem e enchimento, nomeadamente em Espanha, devido ao aumento da actividade no país vizinho.

Os custos com o pessoal registaram um aumento de 4,5% em relação ao ano anterior devido por um lado

ao aumento global das remunerações e dos encargos sociais, e por outro ao aumento das indemnizações decorrente da reestruturação do quadro de pessoal.

#### **EMPREGADOS**

	Dezembro 31, 2007	Junho 30, 2008	Variação vs Dez 31, 2007
Exploração & Produção	62	64	2
Refinação & Distribuição	4.747	4.829	82
Gas & Power	462	469	7
Outros	527	528	1
Total de empregados <i>on site</i>	5.798	5.890	92
Empregados das estações de serviço	2.243	2.302	59
Total de empregados <i>off site</i>	3.555	3.588	33

No final do primeiro semestre de 2008 a Galp Energia tinha 5.890 colaboradores, 2.302 dos quais nas estações de serviço. A principal variação face ao final do ano de 2007 deu-se no segmento de negócio de Refinação & Distribuição, com o aumento de 82 colaboradores a ser explicado pela admissão de 21 colaboradores para as refinarias de Sines e do Porto, no âmbito da substituição de colaboradores que irão

passar à reforma, e pelo aumento de 59 colaboradores nas estações de serviço relacionado com a entrada em funcionamento de uma nova estação de serviço em gestão directa em Espanha e com o reforço sazonal para cobrir o período de férias.

#### **AMORTIZAÇÕES**

Milhões de Euros				
	Primeiro semestre			
	2007 2008 Variação			
Exploração & Produção	26	29	2	7,9%
Refinação & Distribuição	77	60	(17)	(22,3%)
Gas & Power	15	17	2	10,1%
Outros	1	0	(0)	(71,6%)
	119	105	(14)	(11,7%)
Amortizações	119	105	(14)	(11,7%)
Eventos não recorrentes	(4)	12	15	S.S.
Amortizações ajustadas	115	117	1	1,2%

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

As amortizações no primeiro semestre de 2008 foram de €105 milhões, uma redução de 11,7% face ao período homólogo.

Analisando cada segmento de negócio, constata-se que o segmento de negócio de Refinação & Distribuição teve uma diminuição de 22,3%, em virtude da redução de imparidades em Espanha no



montante de €10,5 milhões. Esta redução resultou da alteração do cálculo do teste de imparidade, que passou a ser efectuado numa óptica de país e não posto a posto. Excluindo este efeito, as amortizações diminuíram por alguns activos, nomeadamente na refinaria de Sines, já terem chegado ao final da sua vida útil.

O segmento de negócio de Exploração & Produção teve um aumento de 7,9%, reflexo da alteração no valor da produção e das reservas provadas e prováveis, que resultou da actualização do relatório da DeGolyer MacNaughton com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Em termos ajustados, ou seja, isolando a redução de imparidades no segmento de negócio de Refinação & Distribuição, as amortizações do primeiro semestre de 2008 ficaram praticamente em linha com as do período homólogo.

#### **PROVISÕES**

Milhões de Euros				
	Primeiro semestre			
	2007	2008	Variação	% Var.
Exploração & Produção	2	2	(0)	(15,4%)
Refinação & Distribuição	5	0	(5)	(92,8%)
Gas & Power	3	15	13	S.S.
Outros	-	(1)	(1)	s.s.
	10	17	7	67,8%
Provisões	10	17	7	67,8%
Eventos não recorrentes	(4)	(1)	3	79,1%
Provisões ajustadas	6	16	10	162,4%

As provisões do primeiro semestre de 2008 atingiram os €17,2 milhões, mais €6,9 milhões que no período homólogo. Esta diferença deveu-se ao aumento no segmento de negócio Gas & Power, onde, por uma questão de prudência, se constituiu uma provisão de €13,4 milhões respeitante à negociação dos contratos de fornecimento de gás natural com os principais fornecedores, que foi parcialmente anulada por redução das provisões para cobrança duvidosa de €4,4 milhões, maioritariamente no segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

Em termos ajustados, as provisões aumentaram €10,1 milhões dado que no primeiro semestre de 2007 as provisões incluíam eventos não recorrentes, nomeadamente uma provisão relativa a um processo judicial em curso e outra referente a uma dívida por serviços de reservas estratégicas prestados pelo

segmento de negócio Gas & Power, esta última constituída também no primeiro semestre de 2008 mas por um montante inferior.

#### **RESULTADOS DE EMPRESAS ASSOCIADAS**

No primeiro semestre de 2008 o resultado de empresas associadas atingiu os €22,0 milhões. Deste montante, as participações financeiras nos gasodutos internacionais (EMPL, Metragaz, Gasoducto Al Andaluz e Gasoducto Extremadura) geraram €18,5 milhões, um aumento de 6,3% face ao ano anterior.

No entanto, os resultados de empresas associadas apresentam uma redução de €10,0 milhões face ao mesmo período do ano anterior. A maior parte deste decréscimo resultou do facto de, no primeiro semestre



de 2007, a CLH ter beneficiado de uma mais-valia proveniente da venda de activos.

#### **RESULTADOS FINANCEIROS**

Os prejuízos financeiros no montante de €13,6 milhões no primeiro semestre de 2008 representaram, uma melhoria de €5,9 milhões relativamente ao

período homólogo. Esta diferença deveu-se sobretudo a resultados cambiais positivos, ao contrário dos registados no primeiro semestre de 2007. Apesar do aumento das taxas de juro, a redução da dívida média no período permitiu que os encargos financeiros se mantivessem estáveis nos €18,6 milhões.

#### **IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Milhões de Euros (excepto indicação em contrário)					
		Primeiro s	emestre		
	2007 2008 Variação % Var.				
Imposto sobre o rendimento em IFRS <sup>1</sup>	126	206	81	64,2%	
Taxa efectiva de imposto	24%	28%	4,4 р.р.	<i>S.S.</i>	
Efeito <i>stock</i>	(23)	(97)	74	321,8%	
Imposto sobre o rendimento replacement cost	103	109	6	6,2%	
Eventos não recorrentes	(1)	(1)	(0)	(29,7%)	
Imposto sobre o rendimento replacement cost ajustado	102	108	6	6,0%	
Taxa efectiva de imposto	26%	33%	7,2 р.р.	<i>S.S.</i>	

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Inclui IRP a pagar em Angola.

#### NOTA INTRODUTÓRIA

O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração de resultados da Galp Energia é composto por três rubricas distintas: (i) o imposto sobre o rendimento do petróleo a pagar em Angola, (ii) a estimativa do imposto sobre o rendimento devido em cada período e (iii) os impostos diferidos que reflectem as diferenças temporárias entre os montantes dos impostos activos e passivos para efeitos contabilísticos e de tributação.

A base tributável para apuramento do imposto sobre o rendimento é calculada segundo os princípios fiscais aceites em Portugal, que se assemelham ao Plano Oficial de Contabilidade. De acordo com este método, as existências são valorizadas aplicando o LIFO, e não o FIFO ou o CMP, como nas normas internacionais de contabilidade.

Por razões de prudência, a Galp Energia tem vindo a reconhecer em impostos diferidos, e por isso com impacto em resultados, a diferença entre o imposto a

pagar segundo o método FIFO e segundo o método LIFO. Isto significa que as existências são valorizadas em cada período, utilizando os dois métodos, FIFO e LIFO, aplicando a taxa marginal de imposto à maisvalia daí resultante.

## EXPLICAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A rubrica de impostos sobre o rendimento apresentou um aumento de €80,7 milhões entre o primeiro semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008.

No primeiro semestre de 2008 foram reconhecidos em impostos diferidos €65,5 milhões, relativos à diferença entre o critério de valorimetria de existências FIFO e LIFO, dada a subida dos preços do crude e dos produtos petrolíferos que se observou no primeiro semestre deste ano, tendo no entanto sido revertidos €19,6 milhões relativos à Galp Energia España. A 30 de Junho de 2008, os impostos diferidos registados no balanço da empresa referentes ao ajustamento entre



os dois critérios contabilísticos eram de €177,2 milhões.

Relativamente às outras componentes da linha de imposto, observou-se um aumento de €33,0 milhões no IRP para os €52,0 milhões, consequência do aumento da taxa de *profit oil* e da redução da taxa de *cost oil* entre os dois períodos em análise, por via do aumento do preço de referência do crude e do consequente aumento da base de incidência do IRP, ou seja das vendas.

A estimativa de imposto no primeiro semestre de 2008 atingiu os €69,6 milhões, em linha com o período homólogo, uma vez que o aumento dos resultados do negócio de Gas & Power, foi compensado pela diminuição na Refinação & Distribuição.

Assim a taxa efectiva de imposto, em IFRS, foi no primeiro semestre de 2008 de 28,1%, face a 23,7% no mesmo período de 2007. Sem o efeito do IRP no imposto, a taxa efectiva teria sido de 22,7% no primeiro semestre de 2008, face a 20,9% no período homólogo.

Em termos de *replacement cost* ajustado, a taxa efectiva de imposto foi 33,3% no primeiro semestre de 2008, face a 26,1% no mesmo período do ano anterior. Excluindo o IRP, a taxa efectiva no primeiro semestre de 2008 teria sido de 20,6% contra 22,3% no mesmo período do ano anterior.



#### 3. BALANÇO CONSOLIDADO

Milhões de Euros (excepto in	ndicação em contrário)		
	31 Dezembro, 2007	30 Junho, 2008	Variação vs 31 Dez, 2007
Activo fixo	2.584	2.689	105
Stock estratégico	566	894	328
Outros activos (passivos)	(170)	(319)	(149)
Fundo de maneio	180	355	175
	3.160	3.619	459
Dívida de curto prazo	336	644	309
Dívida de longo prazo	505	493	(12)
Dívida total	841	1.138	296
Caixa e equivalentes	107	325	218
Dívida líquida	734	812	78
Total do capital próprio	2.426	2.807	380
Capital empregue	3.160	3.619	459
Net debt to equity	30%	29%	(1 p.p.)

Nos primeiros seis meses do ano, o imobilizado aumentou €105 milhões para os €2.689 milhões, reflectindo, parcialmente, os investimentos do período.

O valor do *stock* estratégico alcançou os €894 milhões face aos €566 milhões a 31 de Dezembro de 2007. Este aumento traduz o impacto que as valorizações dos produtos nos mercados internacionais, maiores na segunda metade do semestre, tiveram na valorização unitária das obrigações estratégicas, nomeadamente na componente de gasolinas e destilados.

Os outros activos e passivos diminuíram €149 milhões face ao final do ano de 2007, o que resultou essencialmente do aumento de €92,8 milhões da

rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar, uma vez que no final de 2007 não existia nenhum montante de imposto em dívida e até Junho de 2008 ainda não foram efectuados os pagamentos por conta, bem como um aumento dos impostos diferidos passivos na ordem dos €50,3 milhões.

O fundo de maneio atingiu os €355 milhões, um aumento de €175 milhões face ao final de Junho. Esta variação traduz um aumento do saldo de clientes, resultante do aumento do volume de negócios, e também do valor dos *stocks* operacionais, em linha com o aumento dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.



#### **DÍVIDA FINANCEIRA**

Milhões de Euros (excepto indicação em contrário)						
	31 Dezem	bro, 2007	30 Junho, 2008		Variação vs 31 Dez, 2007	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Obrigações	-	226	210	16	210	(210)
Dívida bancária	171	280	234	268	64	(12)
Papel comercial	165	-	200	210	35	210
Caixa e equivalentes	(107)	-	(325)	-	(218)	-
Dívida líquida	734		812		7:	8
Vida média (anos)	2,	75	2,39		(0,36)	
Net debt to equity	30	10/0	29	0/0	(1,3	p.p.)

A dívida total atingiu os €1.138 milhões no final do primeiro semestre de 2008, ou seja, um aumento de €296 milhões face ao final de 2007. A dívida líquida também aumentou para os €812 milhões, resultado do pagamento de dividendos em Junho no montante de €139 milhões e do aumento do investimento no período, que foram parcialmente compensados pela geração de *cash flow.* O rácio *net debt to equity* aumentou 1,3 p.p., face a Dezembro de 2007, para os 28,9% no final de Junho.

A vida média diminui de 2,8 anos no final de Dezembro de 2007 para os 2,4 anos em consequência do aumento do peso da dívida de curto prazo na estrutura de financiamento, nomeadamente a passagem para curto prazo do empréstimo obrigacionista, no âmbito da operação de securitização, que foi reembolsado no mês de Julho. Assim, no final de Junho, 43,4% da dívida total era de longo prazo, sendo que 58,4% estava contratada a taxa variável.

Em relação ao primeiro semestre de 2007, o custo médio da dívida aumentou 42 pontos base para os 5,03%, em linha com o aumento das taxas de juro de referência.

A dívida líquida atribuível aos interesses minoritários era, a 30 de Junho de 2008, de €28,2 milhões.



#### 4. CASH FLOW

Milhões de Euros			
	Primeiro semestre		
	2007	2008	
Resultado operacional	517	725	
Custos non cash	119	105	
Variação de fundo de maneio	(135)	(175)	
Cash-flow de actividades operacionais	501	655	
Investimento líquido	(166)	(211)	
Variação de <i>stock</i> estratégico	(24)	(328)	
Cash-flow de actividades de investimento	ash-flow de actividades de investimento (190)		
Investimentos financeiros	1	6	
Juros pagos	(18)	(18)	
Impostos	(105)	(58)	
Subsídios	7	2	
Dividendos pagos / recebidos	(230)	(124)	
Outros	4	(2)	
Cash-flow de actividades de financiamento	(341)	(195)	
Total	(30)	(78)	

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O *cash flow* consolidado apresentado foi elaborado numa óptica de gestão não sendo, por isso, directamente comparável com o mapa de fluxos de caixa consolidado apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas a este relatório.



#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

O *cash flow* do primeiro semestre de 2008 foi negativo em €78 milhões, menos €48 milhões que no período homólogo, com o contributo positivo do *cash flow* operacional a não compensar os *cash flows* negativos das actividades de investimento e de financiamento, em resultado do pagamento de dividendos.

O *cash flow* operacional foi de €655 milhões, face a €501 milhões no primeiro semestre de 2007, aumento justificado com o incremento de 40,2% do resultado operacional em IFRS para os €725 milhões. Este resultado operacional incorpora um efeito *stock* de €403 milhões, em virtude do aumento do preço do crude e dos produtos petrolíferos durante os primeiros seis meses de 2008.

O *cash flow* de investimento atingiu um valor negativo de €539 milhões, devido ao aumento do valor do *stock* estratégico do primeiro semestre de 2008, traduzindo o impacto da valorização unitária das obrigações estratégicas, em linha com a evolução do mercado durante 2008.

O cash flow de financiamento atingiu um valor negativo de €195 milhões, apesar do desvio positivo de €147 milhões face ao período homólogo. Este desvio provém por um lado da diminuição dos dividendos pagos neste primeiro semestre, uma vez que o dividendo relativo ao exercício de 2007 foi pago em duas prestações, Novembro de 2007 e Maio de 2008, e por acertos no pagamento de impostos ocorridos no primeiro semestre de 2008.



#### 5. INVESTIMENTO

Milhões de Euros				
		Primeiro	semestre	
	2007	2008	Variação	% Var.
Exploração & Produção	81	118	37	45,0%
Refinação & Distribuição	41	68	27	66,6%
Gas & Power	38	30	(8)	(20,4%)
Outros	2	0	(2)	(93,5%)
	162	216	54	33,4%

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

No primeiro semestre de 2008, o investimento atingiu os €216 milhões, mais €54 milhões do que em igual período de 2007.

Cerca de 54,6% do investimento, ou seja €118 milhões, foi canalizado para o segmento de negócio de Exploração & Produção, nomeadamente (i) para os trabalhos no Bloco 14, em particular desenvolvimento do campo Tômbua-Landana e na avaliação da descoberta Lucapa, no montante de €63,6 milhões, (ii) para a realização e avaliação de poços de exploração no Bloco 32 em Angola, (iii) para as actividades de exploração no offshore do Brasil, no montante de €25,8 milhões, incluindo a perfuração dos poços Júpiter e Bem-te-vi e os bónus pagos na nona rodada de licitações, tendo esta última captado um investimento de €10 milhões, (iv) para as actividades de exploração no Brasil *onshore* nas bacias de Potiquar e Espírito Santo, com a realização de dez poços que deram origem a 2 descobertas e (v) para as actividades de exploração em Moçambique, que contemplaram a aquisição e a interpretação sísmica 2D e 3D.

Na actividade de Refinação & Distribuição foram investidos €68 milhões, um montante superior ao do período homólogo e que se destinou maioritariamente ao projecto de conversão das refinarias.

No segmento de negócio Gas & Power, o investimento foi canalizado para o prolongamento da rede secundária de distribuição de gás natural numa extensão de cerca de 274 km e para a ligação de 27 mil clientes de gás natural, novos e convertidos. Mais especificamente no Power continuam os trabalhos para a construção dos parques eólicos, estando neste momento a decorrer a fase de licenciamento ambiental e elaboração da engenharia básica e conceptual. Foram também realizados alguns investimentos na cogeração a instalar na refinaria de Sines, com o objectivo de iniciar as operações após a paragem para manutenção que irá ocorrer nesta refinaria nos meses de Setembro e Outubro.



## INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

## 1. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

lilhões de Euros (excepto indicação em contrário	)			
	Primeiro semestre			
	2007 2008 Variação			
Vendas e prestações de serviços	93	155	61	65,8%
Resultado operacional	71	85	14	19,5%
Eventos não recorrentes	4	9	5	114,9%
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado	75	94	19	25,0%
Produção média <i>Working (kbbl/dia)</i>	17,1	14,7	(2,4)	(14,1%)
Produção média <i>net entitlement</i> (kbbl/dia)	12,5	10,6	(1,9)	(15,1%)
Produção <i>net entitlement</i> total (milhões bbl)	2,3	1,9	(0,3)	(14,6%)
Kuito (milhões bbl)	0,2	0,2	(0,0)	(9,0%
BBLT (milhões bbl)	2,0	1,7	(0,3)	(15,6%
TL (milhões bbl)	0,1	0,1	(0,0)	(2,9%
Preço médio de venda¹ (Usd/bbl)	65,2	112,9	47,8	73,3%
Vendas totais² (milhões bbl)	1,9	1,9	(0,0)	(1,8%)
Activo total líquido	570	700	131	22,9%

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Considera as vendas efectuadas mas também os empréstimos concedidos ou recebidos.

#### ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

A produção numa base de *working interest* atingiu os 14,7 mil barris por dia no primeiro semestre de 2008, menos 14,1% do que no período homólogo. Esta diminuição deveu-se a problemas operacionais no campo BBLT.

O campo BBLT continua a ser o campo com maior peso na produção, cerca de 79,9% do total, apresentando uma produção diária de 11,7 mil barris no primeiro semestre de 2008.

Relativamente à produção *net entitlement,* os primeiros seis meses de 2008 tiveram um decréscimo anual semelhante ao ocorrido em termos *working,* com menos 14,6%. O campo BBLT, com 1.654 mil barris, representou 85,9% da produção total.

No primeiro semestre de 2008 foram vendidas duas cargas, uma em Março e outra em Junho, correspondentes a 1,9 milhões de barris. Considerando estas cargas efectivas, bem como o *overlifting*, o

preço médio de venda foi de 112,9 Usd/bbl. Durante o primeiro semestre de 2008 o prémio contratado face ao *Brent* nas vendas efectuadas foi mais uma vez nulo, em linha com o período homólogo. Em ambos os semestres em análise, as vendas foram geradas pela produção do campo BBLT, cujo crude produzido tem uma qualidade muito semelhante à do *Brent*, com uma densidade API de 39,3°.

#### **RESULTADOS OPERACIONAIS**

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

O resultado operacional *replacement cost* ajustado foi de €94 milhões, uma subida de 25,0% face ao primeiro semestre de 2007. Este segmento de negócio representou 29,7% dos resultados operacionais *replacement cost* ajustados da Galp Energia. Esta variação teve por base um aumento de €61 milhões das vendas e prestações de serviço, influenciada pelo aumento de 73,3% no preço médio de venda que permitiu compensar a redução na produção *net entitlement* de 14,6% e também o aumento dos custos operacionais.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Considera as vendas efectivamente realizadas.

# galp energia

Analisando em detalhe os custos operacionais, é possível observar um aumento do custo de produção para os €14,1 milhões ou, em termos unitários, de 5,1 Usd/bbl para os 11,2 Usd/bbl, não só pela diminuição da produção que não permite a diluição dos custos fixos, mas também pelo aumento generalizado dos preços, dos equipamentos e serviços associados, nos mercados internacionais. Os problemas operacionais verificados no campo BBLT, que conduziram a uma maior actividade de manutenção, foram também responsáveis por parte do aumento dos custos de produção, em cerca de €5,8 milhões.

As amortizações atingiram os €28,6 milhões, e em termos unitários 22,7 Usd/bbl, face a 13,0 Usd/bbl no semestre homólogo. Este aumento reflecte uma alteração no valor da produção e das reservas provadas e prováveis *net entitlement*, que resultou da actualização do relatório da DeGolyer & MacNaughton com referência a 31 de Dezembro de 2007.



## 2. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

Nilhões de Euros (excepto indicação em contrário)				
		Primeiro se	mestre	
	2007	2008	Variação	% Var.
Vendas e prestações de serviços	5.240	6.644	1.404	26,8%
Resultado operacional	343	462	119	34,8%
Efeito stock	(152)	(401)	249	163,7%
Eventos não recorrentes	1	(15)	(16)	S.
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado	191	45	(146)	(76,3%
Margem <i>cracking</i> de Roterdão <sup>1</sup> (Usd/bbl)  Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de	3,5	1,7	(1,8)	(52,4%
Roterdão¹ (Usd/bbl)	2,3	(2,0)	(4,3)	S.:
Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	6,6	3,5	(3,0)	(46,1%
Crude processado (k bbl)	48.223	48.768	545	1,1%
Matérias-primas processadas (milhões ton)	7,1	7,1	(0,1)	(1,0%
Vendas de produtos refinados (milhões ton)	8,0	8,0	(0,0)	(0,3%
Vendas a clientes directos (milhões ton)	4,7	4,6	(0,0)	(0,5%
Empresas	2,1	2,2	0,1	3,1%
Retalho	1,3	1,2	(0,1)	(4,1%
GPL	0,2	0,2	(0,0)	(6,9%
Outros	1,1	1,1	(0,0)	(2,2%
Exportações (milhões ton)	1,3	1,4	0,1	5,7%
Número de estações de serviço	1.041	1.024	(17)	(1,6%
Número de lojas de conveniência	207	225	18	8,7%
Activo total líquido	4.056	4.780	724	17,9%

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Fonte: Platts. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo das margens de Roterdão, vide "Definições".

#### **ACTIVIDADE DE REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO**

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

No primeiro semestre de 2008 foram processadas 7,1 milhões de toneladas de matérias-primas, 1,0% abaixo dos volumes processados no período homólogo, ainda que em termos de crude processado se tenha verificado um aumento de 1,1%, passando este produto a representar 93,0% do total de matérias-primas. Este incremento traduziu-se num aumento da taxa de utilização das refinarias, que passou de 85,9% no primeiro semestre de 2007 para 86,4% no primeiro semestre de 2008.

No primeiro semestre de 2008, os crudes leves e condensados representaram 49,2% do total, seguidos dos pesados com 20,3% e dos médios com 30,5%, em linha com os valores verificados no mesmo período do ano anterior. Em termos de perfil de produção observou-se uma redução do peso do fuelóleo, para

17,6%, e da gasolina, que resultou no aumento do peso relativo do gasóleo em 2 pontos percentuais, para os 35,9%. Os destilados médios e as gasolinas representam assim cerca de 64,2% da produção total, com 41,5% e 22,7% respectivamente.

As vendas totais atingiram os 8,0 milhões de toneladas ficando praticamente em linha com as vendas do primeiro semestre de 2007, com o aumento das exportações a compensar a diminuição verificada no mercado ibérico. As vendas aos outros operadores sofreram uma redução face ao primeiro semestre de 2007 que resultou numa diminuição do peso relativo destas vendas no total.

No detalhe das exportações, que registaram uma variação favorável de 5,7% face aos valores de 2007, destaca-se (i) o aumento de 11,9% nas gasolinas, fundamentalmente para os Estados Unidos da América e (ii) o aumento de 8,7% no fuelóleo, os quais



permitiram compensar a diminuição na exportação de outras gamas de produtos. As gasolinas representam agora 39,0% do total das exportações, contra 36,8% no primeiro semestre de 2007. O fuelóleo continua a ser a segunda categoria de produtos mais exportada, com um peso de 34,8%, seguido dos produtos químicos que representam 12,4%.

No primeiro semestre de 2008, as vendas a clientes directos diminuíram 0,5%, em linha com a quebra do mercado Ibérico. No entanto a Galp Energia conseguiu aproveitar o crescimento do mercado de alguns produtos, como as bancas aéreas e marítimas, para aumentar as suas vendas e, com isso compensar parte das diminuições verificadas em negócios como o do retalho.

A cobertura da actividade de refinação pela actividade de distribuição de produtos petrolíferos, medida com base na média da produção dos últimos três anos, foi de 70,1%, 1,3 p.p. abaixo do registado no primeiro semestre de 2007.

No final do primeiro semestre de 2008 a Galp Energia tinha 1.024 estações de serviço, menos catorze que no final de 2007 e menos uma que no final de Março, reflexo do esforço de racionalização da rede que tem sido efectuado maioritariamente em Portugal.

Durante o primeiro semestre de 2008 foram abertas quinze novas lojas *non-fuel*, doze das quais situadas em Portugal. Esta evolução positiva do número de lojas *non-fuel* é consequência da aposta da Galp Energia em expandir o negócio da conveniência, uma forma de melhor rentabilizar os activos existentes na actividade de distribuição.

#### **RESULTADOS OPERACIONAIS**

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

O resultado operacional em IFRS no primeiro semestre de 2008 aumentou 34,8% em relação ao mesmo período do ano passado, consequência dum efeito *stock* mais elevado do que em 2007, €401 milhões contra €152 milhões, dada a maior subida do preço do crude e dos produtos petrolíferos no primeiro

semestre deste ano. Em termos ajustados, o resultado operacional diminuiu cerca de €146 milhões face ao mesmo período de 2007, ou 76,3% em termos relativos. Esta variação está relacionada com (i) a quebra das margens de refinação internacionais, por exemplo a margem *Cracking* de Roterdão, a referência para a refinaria de Sines, teve uma redução de 52,4%, sendo que a referência para a refinaria do Porto apresentou valores negativos na ordem dos 2 Usd/bbl, (ii) a desvalorização do dólar americano face ao euro e (iii) um efeito negativo de time lag, de aproximadamente de €59,4 milhões, em resultado de as condições estabelecidas contratualmente para os operadores do mercado português demorarem a reflectir as variações dos preços verificados nos mercados internacionais. No primeiro semestre de 2007 este efeito foi de €32,3 milhões, o que se justifica pela maior subida dos precos dos produtos verificada no primeiro semestre de 2008.

Em termos unitários a margem de refinação da Galp Energia diminuiu 46,1% para os 3,5 Usd/bbl, sendo a variação em euros mais elevada, com uma redução de 53,2% para os 2,3 Eur/bbl. A margem de refinação foi também penalizada pelos consumos e quebras, que representam cerca de 8,4% da matéria-prima tratada, em linha com o verificado no primeiro semestre de 2007, mas em valor, ou seja, em termos de custos de energia, superior dado o elevado aumento do preço do crude entre os dois períodos em análise, cerca de 72,5%.

Em termos de custos *cash* das refinarias, e em euros, a variação foi praticamente nula entre os dois semestres, sendo que em dólares americanos se registou um ligeiro aumento de 1,6 Usd/bbl para os 1,8 Usd/bbl.

A actividade de distribuição de produtos petrolíferos, manteve-se relativamente estável em comparação com o primeiro semestre de 2007.



#### 3. GAS & POWER

		Primeiro se	mestre	
	2007	2008	Variação	% Var.
Vendas e prestações de serviços	666	916	250	37,69
Resultado operacional	100	171	70	70,19
Efeito stock	11	(2)	(12)	S
Eventos não recorrentes	(2)	1	2	S
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado	109	170	60	55,20
Supply	61	118	57	92,90
Infra-estruturas	48	50	2	4,30
Power	(0)	1	1	S
Vendas totais de gás natural (milhões m³)	2.466	2.950	484	19,60
Vendas ao mercado liberalizado (milhões m³)	1.263	1.706	443	35,19
Eléctrico	826	1.155	329	39,80
Industrial	-	35	35	S
Trading	437	517	80	18,3
Vendas ao mercado regulado (milhões m³)	1.203	1.243	41	3,40
Industrial	954	967	13	1,4
Comercial	27	40	13	46,4
Residencial	104	109	4	4,0
Outras comercializadoras	117	127	10	8,8
Clientes distribuição de gn¹ (milhares)	781	841	60	7,79
Geração de energia² (GWh)	781	774	(7)	(0,80
Vendas de electricidade à rede <sup>2</sup> (GWh)	283	241	(42)	(14,80
Activo fixo líquido de gás natural <sup>3</sup>	727	740	13	1,7
Activo total líquido	1.488	1.704	216	14,5

<sup>1</sup> Inclui empresas que não consolidam mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa.

#### **ACTIVIDADE DE GAS & POWER**

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

As vendas de gás natural no primeiro semestre de 2008 tiveram um aumento de 19,6%, para os 2.950 milhões de metros cúbicos, com o mercado liberalizado a representar 57,8% do total, quando em 2007 o seu peso era de 51,2%.

Este aumento traduz os maiores volumes comercializados no sector eléctrico e no trading, que registaram incrementos de 39,8% e 18,3%, respectivamente. Para esta tendência contribuiu uma vez mais a fraca pluviosidade que se fez sentir no primeiro semestre do ano, face ao verificado no primeiro semestre de 2007, e que estimulou o consumo de gás natural para produção eléctrica, tanto

em Portugal como em Espanha, levando a um aumento das vendas em *trading*.

As vendas de gás natural em Espanha, ao sector industrial, que se iniciaram no início do ano de 2008, atingiram um volume de 35 milhões de metros cúbicos.

O volume de gás natural transportado nas redes pertencentes às empresas de distribuição totalizou, no primeiro semestre de 2008, 790 milhões de metros cúbicos.

A actividade de produção de energia diminuiu 0,8%, para os 774 GWh, para a qual foram utilizados 80,3 milhões de metros cúbicos de gás natural nas cogerações da Galp Energia, representando perto de

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Inclui a empresa Energin que não consolida, mas na qual a Galp Energia detém uma participação de 35%. A esta empresa corresponde no primeiro semestre de 2008, uma geração de energia de 457 GWh e vendas de electricidade à rede de 123 GWh.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Exclui investimentos financeiros. Activo fixo líquido numa base consolidada.



8,3% do mercado industrial português. As vendas de electricidade à rede registaram uma diminuição anual de 14,8% devido à antecipação da paragem anual para manutenção da central de cogeração do Carriço, no primeiro trimestre de 2008, e à paragem não programada na central de cogeração Energin, durante 2 meses, no segundo trimestre de 2008.

#### **RESULTADOS OPERACIONAIS**

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

No primeiro semestre de 2008 o resultado operacional replacement cost ajustado foi de €170 milhões, 55,2% acima do verificado em igual período de 2007, sendo este segmento responsável por 53,6% do resultado operacional replacement cost ajustado da Galp Energia. O aumento de resultados neste segmento de negócio é fruto de um aumento das quantidades vendidas, mas também do aumento das margens em alguns segmentos, nomeadamente o trading, dado os preços de GNL que se verificaram no mercado internacional, e no segmento eléctrico, devido à subida do preço do Brent. A actividade de supply é por

isso responsável pelo aumento do resultado operacional, quase que duplicando face ao primeiro semestre de 2007 para os €118 milhões. O negócio dedicado à infra-estrutura manteve-se constante entre os dois períodos em análise, nos €50 milhões.

No primeiro semestre de 2008 constituiu-se, por uma questão de prudência, uma provisão de €13,4 milhões, respeitante à negociação dos contratos de fornecimento de gás natural com os principais fornecedores.

O negócio do Power apresentou uma margem unitária no primeiro semestre de 2008 de 9,4 Eur/MWh, abaixo do ocorrido no período homólogo de 14,0 Eur/MWh, devido à paragem da central de cogeração da Energin. As vendas de 241 GWh de electricidade à rede foram efectuadas a um preço de 95,4 Eur/MWh.



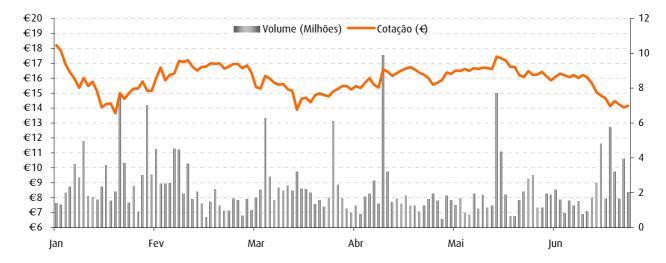
# **ACÇÃO GALP ENERGIA**

#### **PRIMEIRO SEMESTRE**

As acções da Galp Energia desvalorizaram-se 23,0% no primeiro semestre de 2008, sendo a cotação máxima neste período €18,95, no dia 2 de Janeiro. A valorização desde o início da Oferta Pública Inicial, que ocorreu a 23 de Outubro de 2006, é de 143.7%. Foram transaccionadas cerca de 282,4 milhões de acções,

correspondendo a uma média diária de 2,2 milhões de acções. A 30 de Junho de 2008 a capitalização bolsista da Galp Energia ascendia a €11.742 milhões.

## Evolução da cotação da acção Galp Energia





### FACTOS RELEVANTES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008

#### PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

No dia 30 de Janeiro, a Iberdrola anunciou a alienação da totalidade das acções da Galp Energia de que era titular, cerca de 3,83%, a investidores qualificados institucionais, através duma operação fora de mercado.

No dia 31 de Janeiro, o Banco BPI anunciou que, através de operações realizadas em bolsa, tinha diminuído a sua participação no capital social da Galp Energia e respectivos direitos de voto para 3,995%.

No dia 9 de Junho, a Fidelity International Limited ("FIL") comunicou à Galp Energia que os fundos e outras contas de investimento geridas pelas afiliadas da FIL tinham passado a deter uma participação qualificada de valor superior ao limite de 2%, aproximadamente 2,01% do capital social da Galp Energia e respectivos direitos de voto.

No dia 25 de Junho, o Banco BPI anunciou que, através de operações realizadas em bolsa, tinha diminuído a sua participação no capital social da Galp Energia e respectivos direitos de voto para 1,977%, deixando deste modo de deter uma participação qualificada na empresa.

# NOVOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 20 de Dezembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a nomeação do Dr. Enrico Grigesi para vogal do conselho de administração e administrador executivo, responsável pela actividade de gás natural, em substituição do Eng. Massimo Rivara. A substituição teve efeitos no dia 1 de Janeiro de 2008.

# RENÚNCIA DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 24 de Março a Galp Energia anunciou que o Dr. Joaquim Augusto Nunes Pina Moura apresentou renúncia às funções de membro do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A., com efeitos a dia 31 de Março de 2008.

# DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

A Galp Energia informou no dia 6 de Maio que, na Assembleia Geral Anual de Accionistas que reuniu nesse mesmo dia, foram aprovadas as propostas relativas aos pontos da ordem de trabalhos, como seque:

- 1. A ratificação das cooptações dos administradores Dr. Francesco Antonietti e Dr. Angelo Fanelli, efectuadas na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de Setembro de 2007, e do Administrador Dr. Enrico Grigesi, efectuada na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de Dezembro de 2007;
- 2. O Relatório de Gestão Consolidado e Contas Individuais e Consolidadas do exercício de 2007, bem como demais documentos de prestação de contas;
- 3. A proposta de aplicação de resultados, que aprovou um dividendo de 0,320€/acção;
- 4. Um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como em cada um dos respectivos membros;
- 5. Uma deliberação sobre a autorização para o exercício de funções no órgão de administração de sociedade concorrente com a Galp Energia e definição do regime de acesso a informação sensível da Galp relativamente a eventuais propostos administradores que se encontrem numa das situações a que se refere o número 3 do artigo 398º do Código das Sociedades Comerciais;
- 6. A eleição da lista proposta pelos accionistas Amorim Energia, B.V., Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Eni S.p.A, para os órgãos sociais no mandato 2008-2010;



- 7. A eleição do Revisor Oficial de Contas para o mandato 2008-2010:
- 8. As alterações aos artigos 17.º e 18.º dos Estatutos da Sociedade.

#### NOMEAÇÃO DE NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA **GALP ENERGIA**

A Galp Energia anunciou no dia 7 de Maio a constituição dos novos órgãos sociais para o mandato 2008-2010.

#### Conselho de Administração

Presidente Vice-Presidente Vogais

Francisco Luís Murteira Nabo Manuel Ferreira De Oliveira Manuel Domingues Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Alberto Chiarini Claudio De Marco Paolo Grossi Camillo Gloria Fabrizio Dassogno Giuseppe Ricci Luigi Piro

Joaquim José Borges Gouveia

#### Comissão Executiva

Manuel Ferreira De Oliveira CFO Claudio De Marco CF<sub>0</sub> Fernando Manuel dos Santos E&P

Gomes

André Freire Almeida Aprovisionamento, Refinação e

Palmeiro Ribeiro Logística

Carlos Nuno Gomes da Silva Distribuição **Produtos** 

Petrolíferos

Fabrizio Dassogno Gas & Power

O anúncio do secretário da sociedade, para o mandato 2008-2010, ocorreu no dia 9 de Maio.

#### **PAGAMENTO DE DIVIDENDO**

A Galp Energia anunciou no dia 8 de Maio, o pagamento, a partir do dia 29 de Maio, do segundo e último dividendo relativo ao exercício de 2007 no valor de €0,168 por acção.

#### **EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO**

#### NOVA DESCOBERTA DE GÁS NATURAL E CONDENSADO **NO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS**

O consórcio formado pela Petrobras e pela Galp Energia para exploração do bloco BM-S-24 em águas ultra-profundas da Bacia de Santos anunciou no dia 21 de Janeiro de 2008 que o poço Júpiter tinha comprovado a existência duma grande jazida de gás natural e condensado no pré-sal, com a descoberta localizada em reservatórios com uma profundidade de cerca de 5.100 metros. A espessura do intervalo portador de hidrocarbonetos é de mais de 120 metros, sendo que a área desta estrutura pode ter dimensões semelhantes às do Tupi. A Galp Energia tem uma participação de 20% no consórcio que explora o BM-S-24.

#### GALP ENERGIA E PETRÓLEOS DE VENEZUELA, S.A. (PDVSA) ASSINAM ACORDOS DE COOPERAÇÃO NA ÁREA ENERGÉTICA

A Galp Energia e a PDVSA assinaram no dia 13 de Maio, em Caracas, cinco acordos de cooperação em projectos energéticos nas áreas de petróleo, gás natural e energias renováveis. Estes acordos surgem na sequência do memorando de entendimento que as duas empresas assinaram, em Outubro de 2007. Os principais acordos foram o desenvolvimento de dois projectos de liquefacção de gás natural no complexo industrial Gran Mariscal de Ayacucho (CIGMA) e o desenvolvimento do Bloco Boyacá 6 na Faixa Petrolífera do Orinoco.

#### **NOVA DESCOBERTA NO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS**

No dia 21 de Maio, o consórcio para a exploração do bloco BM-S-8 em águas ultra-profundas da Bacia de Santos, anunciou que o poco 1-SPS-52A (Bem-te-vi) tinha comprovado a existência de petróleo nos reservatórios do pré-sal na Bacia de Santos. Análises preliminares indicaram a presença de petróleo com densidade API entre 25° e 28°, comparável à dos outros petróleos identificados no pré-sal da Bacia de Santos. O poço de exploração está localizado a 250 km da costa do Estado de São Paulo, numa lâmina de água de 2.139 metros. A profundidade final do poço foi de 6.773 metros.



#### REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

## GALP ENERGIA E SONAE DISTRIBUIÇÃO ACORDAM CESSÃO DE POSTOS DA REDE CONTINENTE

A Galp Energia e a Sonae Distribuição assinaram no dia 14 de Fevereiro um acordo de cessão de exploração de oito postos de abastecimento da rede Continente. A concretização desta operação fica agora condicionada à decisão das autoridades competentes.

#### GALP ENERGIA, INETI E ALGAFUEL FORMAM CONSÓRCIO PARA A PRODUÇÃO DE BIOMASSA E BIOCOMBUSTÍVEIS COM RECURSO A MICROALGAS

No dia 13 de Março, a Galp Energia assinou uma parceria com o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação ("INETI") e a empresa Algafuel, para a constituição de um consórcio que vai desenvolver um projecto de produção de biomassa e biocombustíveis a partir da cultura de microalgas e da respectiva sequestração de CO<sub>2</sub>.

#### GALP ENERGIA E VISABEIRA MOÇAMBIQUE ASSINAM MEMORANDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

No dia 24 de Março, a Galp Energia e a Visabeira Moçambique assinaram um memorando de cooperação para o desenvolvimento de um projecto agro-industrial em Moçambique que visa a produção de oleaginosas numa área que poderá ir até aos 150.000 hectares, comercialização e distribuição de biocombustíveis, quer para exportação para Portugal, com vista ao seu processamento em unidades de biodiesel da Galp Energia, quer para produção em Moçambique deste combustível, destinado ao mercado local.

# CONSELHO DE MINISTROS APROVA MINUTAS DO CONTRATO DE INVESTIMENTO DO PROJECTO DE CONVERSÃO DAS REFINARIAS DA GALP ENERGIA

No dia 6 de Março foram aprovadas, pelo Conselho de Ministros, as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e a Galp Energia. O objecto deste contrato é o projecto de conversão das refinarias da Galp Energia, localizadas em Sines e no Porto. Ainda no âmbito desta Resolução, foi aprovada a concessão de

benefícios fiscais de cerca de 15% de um investimento até 1.059 milhões de euros, que será realizada após a conclusão do projecto. O processo estará concluído após a formalização definitiva dos contratos de incentivos e o parecer favorável da Comissão Europeia.

# GALP ENERGIA ADQUIRE OS NEGÓCIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DA EXXONMOBIL NA PENÍNSULA IBÉRICA

No dia 18 de Abril, a Galp Energia assinou um acordo para a aquisição da participação da ExxonMobil Mediterranea, srl. na Esso Espanola, SL e na ExxonMobil Portugal Holdings, BV, proprietária da Esso Portuguesa, Lda. A transacção, que representa um volume de vendas de cerca de um milhão de toneladas de produtos petrolíferos por ano, inclui a rede ibérica de estações de serviço da ExxonMobil, actualmente constituída por 130 estações de serviço e os negócios de wholesale, GPL, aviação e indústria.

# GALP ENERGIA ADQUIRE OS NEGÓCIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ROYAL DUTCH SHELL EM MOÇAMBIQUE, SUAZILÂNDIA E GÂMBIA

No dia 6 de Maio, a Galp Energia assinou um acordo para a compra do negócio de distribuição de produtos petrolíferos da Royal Dutch Shell em Moçambique, na Suazilândia e na Gâmbia, por um montante total de 55 milhões de Usd. Esta aquisição insere-se na estratégia da Galp Energia de reforço da sua presença em África, aproveitando as suas excelentes relações com aquela região para desenvolver as suas actividades de exploração e produção, possibilitando colaborações futuras na área dos biocombustíveis.

# AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA AUTORIZA CONCENTRAÇÃO DA GALP ENERGIA / TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS DO PORTO DE SINES

No dia 27 de Junho a Galp Energia recebeu da Autoridade da Concorrência a decisão definitiva de não oposição à concentração da Galp Energia/Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Sines, resultante da operação notificada à Autoridade da Concorrência. Com esta concessão e após esta decisão, a Galp Energia passa a operar o maior terminal de granéis líquidos do país que, em 2007, recebeu 834 navios em operação comercial e movimentou cerca de 16,7 milhões de toneladas de



carga, constituindo-se como a principal porta de entrada e saída nacional de produtos petrolíferos e seus derivados.

#### **GAS & POWER**

#### GALP ENERGIA CONQUISTA PRIMEIRO CLIENTE DE GÁS NATURAL EM ESPANHA

No dia 7 de Janeiro, a Galp Energia anunciou a assinatura de contratos de fornecimento de gás natural com duas unidades do grupo Saint-Gobain em Espanha, a SG Vicasa Burgos, e a SG Vetrotex, com um volume anual de mais de 50 milhões de metros cúbicos, com início do fornecimento em Janeiro de 2008.

#### GALP ENERGIA ENTRA NO MERCADO DE ELECTRICIDADE

A Galp Energia participou pela primeira vez, no dia 16 de Janeiro, no leilão de capacidade virtual de produção de electricidade em Portugal, promovido pelo Operador do Mercado Ibérico de Energia - OMIP, no qual obteve capacidade virtual de produção que poderá colocar no mercado a partir de Abril de 2008.

# GALP ENERGIA E ESTADO PORTUGUÊS ASSINAM CONTRATOS DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

No dia 17 de Abril foram celebrados os Contratos de Concessão entre o Estado português e as Sociedades Distribuidoras de Gás Natural da Galp Energia. Os contratos assinados reflectem os princípios e regras aplicáveis às actividades de distribuição e comercialização de gás natural e fixam o período da concessão em 40 anos, contados a partir de 1 de Janeiro de 2008.

#### ERSE DIVULGA TARIFAS E PREÇOS PARA O GÁS NATURAL

No dia 18 de Junho a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ("ERSE") publicou o documento relativo às "Tarifas e Preços de Gás Natural para o ano gás de 2008-2009". Estas tarifas têm por base os proveitos permitidos para o ano gás 2008-2009, de cada actividade regulada de gás natural, que resultam da soma do custo de capital (taxa de remuneração sobre os activos regulados, acrescido de amortizações), dos custos operacionais e do desvio

tarifário (diferença entre os proveitos permitidos estimados para o ano n-2 face aos valores efectivamente realizados) caso exista. No caso da actividade de comercialização de último recurso, os proveitos permitidos incluem, para além dos custos operacionais, das amortizações e do desvio tarifário, uma margem de comercialização de forma a cobrir o risco financeiro dos comercializadores de último recurso, decorrente da gestão do fundo de maneio. Esta margem de comercialização consiste na aplicação de uma taxa de remuneração ao produto do diferencial ponderado entre os prazos médios de pagamento e recebimento sobre a soma dos custos aceites para essa actividade. O activo regulado base subjacente à actividade de armazenamento subterrâneo de gás natural e distribuição de gás natural é de €17 e €1.016 milhões, respectivamente.

#### PRÉMIOS CONCEDIDOS

A Galp Energia foi premiada na 10ª edição do *Investor Relations Global Rankings* 2008, na categoria "Melhores Práticas de Divulgação Financeira". A Galp Energia ficou classificada na quarta posição a nível europeu e na sexta a nível mundial, num concurso que envolveu 160 empresas de 32 países. A categoria "Melhores Práticas de Divulgação Financeira" avalia a qualidade da informação disponibilizada aos investidores e ao mercado de capitais.

A Galp Energia foi distinguida com o prémio europeu "Best European Business", na categoria de "Crescimento Rentável". Esta distinção foi atribuída pela Roland Berger, a qual avaliou mais de seis mil empresas das maiores economias da Europa. A categoria "Crescimento Rentável" avalia o crescimento, a inovação e a solidez do negócio da empresa.



# EVENTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008

#### TAXA DE TRIBUTAÇÃO

No dia 10 de Julho foi aprovado pelo Conselho de Ministros a criação de uma taxa de tributação autónoma para empresas de fabricação e de distribuição de produtos petrolíferos refinados. Impõem-se os métodos do FIFO ou do CMP como critérios de valorimetria dos *stocks* de petróleo para efeitos fiscais e o ganho extraordinário entretanto obtido sujeito a uma taxa de tributação autónoma de 25%.

Enquanto empresa do sector de Oil & Gas, e apresentando as suas demonstrações financeiras segundo as IAS, a Galp Energia tem vindo a reconhecer, por razões de prudência, em impostos diferidos, e por isso com impacto em resultados, a diferença entre o imposto a pagar utilizando o critério FIFO para a valorimetria dos *stocks* e o critério LIFO actualmente utilizado para efeitos fiscais.

Esta alteração proposta pelo Conselho de Ministros

- 1. não tem qualquer impacto em termos de resultado líquido em IFRS, uma vez que a Galp Energia já reflecte nas suas demonstrações financeiras a aplicação do critério FIFO para valorimetria dos *stocks*, com o respectivo efeito fiscal a ser contabilizado em impostos diferidos;
- 2. poderá, a nível financeiro, e considerando o novo critério de valorimetria dos *stocks* para efeitos fiscais, implicar uma antecipação do pagamento de imposto que, a título de exemplo, à data de 31 de Março de 2008 corresponderia aproximadamente a 110 milhões de euros.

#### PRÉMIOS CONCEDIDOS

No dia 1 de Julho a Galp Energia foi distinguida no *Investor Relations & Governance Awards* 2008, concurso promovido pela Deloitte, que distingue as melhores práticas e profissionais nas relações com investidores em Portugal. A Galp Energia arrecadou o prémio de "Melhor performance em Bolsa" e "Melhor *Investor Relations Officel*".



# DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO APRESENTADA

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Galp Energia") declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº1 do artigo 246º do Código Mobiliários dos Valores foi elaborada conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses sequintes.

Lisboa, 28 de Agosto de 2008

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Claudio De Marco

Fabrizio Dassogno

Fernando Manuel dos Santos Gomes

Carlos Nuno Gomes da Silva

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

José António Marques Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luigi Piro

Manuel Domingues Vicente

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Alberto Chiarini

Paolo Grossi

Camillo Gloria

Giuseppe Ricci

Joaquim José Borges Gouveia



### **ANEXOS**

#### **ÓRGÃOS SOCIAIS**

A composição actual dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., eleitos para o mandato 2008-2010, é a seguinte:

#### Conselho de Administração

Presidente:

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Claudio De Marco Fabrizio Dassogno

Fernando Manuel dos Santos Gomes

Carlos Nuno Gomes da Silva

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

José António Marques Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luigi Piro

Manuel Domingues Vicente

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Alberto Chiarini

Paolo Grossi

Camillo Gloria

Giuseppe Ricci

Joaquim José Borges Gouveia

#### Comissão Executiva

Presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Claudio De Marco Fernando Manuel dos Santos Gomes André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro Carlos Nuno Gomes da Silva Fabrizio Dassogno

#### Conselho Fiscal

Presidente:

Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Dr. José Gomes Honorato Ferreira

Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Dr. Amável Alberto Freixo Calhau

#### **Revisor Oficial de Contas**

Efectivo:

Pedro João Reis de Matos Silva;

Suplente:

António Campos Pires Caiado

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Pedro António do Vadre Castelino Alvim

#### Secretário da Sociedade

**Efectivo:** 

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

#### Comissão de Remunerações

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos

Vogais:

Amorim Energia, B.V.

Eni S.p.A



## **DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS**

# ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRECTAS E INDIRECTAS

(Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº de acções	% Capital	% Voto
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Eni, S.p.A.	276.472.160	33,34%	33,34%
Fidelity International Limited	16.628.682	2,01%	2,01%
Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes accionistas	193.305.608	23,31%	23,31%
Total	829.250.635	100,00%	-

### **ACÇÕES PRÓPRIAS**

Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o primeiro semestre de 2008 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 30 de Junho de 2008, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

POSIÇÃO ACCIONISTA A 30 DE JUNHO DE 2008 DOS ACTUAIS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

Nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

		Ac	uisicão			Alienação		
Membros do Órgão de Administração	Total de acções a 31.12.2007	Data	Nº acções	Valor	Data	Nº acções	Valor	Total de acções a 30.06.2008
Francisco Luís Murteira Nabo		-		-	-			
Manuel Ferreira De Oliveira		08.01.2008	560	17,80				
		04.02.2008	861	16,77				
		06.02.2008	7.498	16,10				
		06.02.2008	5.864	16,00				
		07.02.2008	28.382	16,59				
	40.475							83.6
Claudio De Marco		-				-		
Carlos Nuno Gomes da Silva	2.410	-						2.4
Fernando Manuel dos Santos Gomes	1.900	-					-	1.9
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-						9
Fabrizio Dassogno		-						
José António Marques Gonçalves	3.900	17.03.2008	2.500	14,50				6.4
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito								
Manuel Domingos Vicente	-	-					-	
Camillo Gloria	-	-						
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves								
Alberto Chiarini	-							
Paolo Grossi								
Giuseppe Ricci	-	-					-	
Luigi Piro	-	-						
Joaquim José Borges Gouveia	-	-					-	
Membros do Conselho Fiscal								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-					-	
José Gomes Honorato Ferreira	-							
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	-	-						
Amável Alberto Freixo Calhau								
Revisor Oficial de Contas								
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-					-	

# PRINCIPAIS TRANSACÇÕES RELEVANTES ENTRE PARTES RELACIONADAS REALIZADAS NOS SEIS PRIMEIROS MESES

Artigo 246.º nº3 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Durante o primeiro semestre de 2008 não existiram transacções relevantes entre partes relacionadas.



# DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO APRESENTADA

Artigo 246.º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Galp Energia") declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada conformidade contabilísticas com as normas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses sequintes.

#### O Conselho Fiscal

#### Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

José Gomes Honorato Ferreira José Maria Rego Ribeiro da Cunha



## **CONTAS CONSOLIDADAS**

#### GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e SUBSIDIÁRIAS

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007 (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2008	<b>Junho 2007</b> (a)
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	7.471.635	5.823.681
Prestações de serviços	5	64.915	61.762
Outros proveitos operacionais	5	38.696	40.310
Total de proveitos operacionais:	_	7.575.246	5.925.753
Custos operacionais:			
Custo das vendas	6	6.262.482	4.837.088
Fornecimentos e serviços externos	6	308.591	298.441
Custos com o pessoal	6	135.635	129.778
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	105.170	119.044
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	17.182	10.239
Outros custos operacionais	6	21.431	14.052
Total de custos operacionais	: _	6.850.491	5.408.642
Resultados operacionais:	_	724.755	517.111
Proveitos financeiros	8	6.629	7.480
Custos financeiros	8	(24.449)	(25.131)
Ganhos (perdas) cambiais		4.998	(2.070)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	9	21.968	31.925
Rendimentos de instrumentos financeiros	22	(8)	793
Outros ganhos e perdas		(726)	(521)
Resultado antes de impostos:	_	733.167	529.587
Imposto sobre o rendimento		(206.332)	(125.675)
Resultado antes de interesses minoritários:	_	526.835	403.912
Resultado afecto aos interesses minoritários		(2.774)	(2.898)
Resultado líquido consolidado do período	<del>-</del>	524.061	401.014
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,63	0,48

<sup>(</sup>a) valores reexpressos face às contas aprovadas no semestre findo em 30 de Junho de 2007 (ver nota 2.1).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata	Dr. Francisco Luís Murteira Nabo	
	Eng. Manuel Domingos Vicente	Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
	Eng. José António Marques Gonçalves	Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
	Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva	Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
	Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Fiqueiredo Brito	Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
	,	Dr. Alberto Maria Chiarini
	Dr. Claudio De Marco	Dr. Paolo Grossi
	Eng. Camillo Gloria	Eng. Fabrizio Dassogno
	Eng. Giuseppe Ricci	Eng. Luigi Piro
	Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia	



#### GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e SUBSIDIÁRIAS

# BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	Notas	Junho 2008	Dezembro 2007
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	11	2.197.047	2.107.736
Goodwill		17.222	17.222
Outros activos fixos intangíveis	11	324.189	309.502
Participações financeiras em associadas		149.141	148.755
Participações financeiras em participadas		1.022	1.047
Outras contas a receber	13	86.286	89.149
Activos por impostos diferidos	17	129.010	131.891
Outros investimentos financeiros	16	1.762	1.475
Total de activos não correntes:		2.905.679	2.806.777
Activo corrente:			
Inventários	15	1.895.234	1.422.064
Clientes	14	1.184.727	1.077.059
Outras contas a receber	13	371.599	330.049
Outros investimentos financeiros	16	34.002	6.156
Imposto sobre o rendimento a receber	47	-	382
Caixa e seus equivalentes	17	325.136	107.176
Total do activos correntes:		3.810.698	2.942.886
Total do activo:		6.716.377	5.749.663
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	Junho 2008	Dezembro 2007
Capital próprio:			
Capital social	18	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(29.398)	(22.818)
Outras reservas		174.481	146.438
Reservas de cobertura		1.340	1.307
Resultados Acumulados		1,200,787	717.562
Dividendos antecipados		-	(126.046)
Resultado liquido consolidado do período	10	524.061	776.627
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		2.782.528	2.404.327
Interesses minoritários		23.993	21,988
Total do capital próprio:		2.806.521	2.426.315
		2.800.321	2.420.313
Passivo: Passivo não corrente:			
Empréstimos	19	477,494	279.712
Empréstimos obrigaccionistas	19	15.772	225,772
Outras contas a pagar	20	61.736	61.757
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	20	257.041	253,552
Passivos por impostos diferidos		197.881	147.593
Outros instrumentos financeiros	22	177.001	147.575
Provisões	21	91.277	82.571
Total do passivo não corrente:		1.101.201	1.050.962
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	19	434.299	335.767
Empréstimos obrigaccionistas	19	210.000	
Fornecedores		931.793	955.553
Outras contas a pagar	20	1.111.884	981.066
Outros instrumentos financeiros	22	27.911	
		92.768	-
Imposto corrente sobre rendimento a pagar			
		2.808.655	2.272.386
Imposto corrente sobre rendimento a pagar		2.808.655 3.909.856	2.272.386 3.323.348

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata	Dr. Francisco Luís Murteira Nabo	
		Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
	Eng. Manuel Domingos Vicente	
		Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
	Eng. José António Marques Gonçalves	
		Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
	Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva	
		Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
	Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueired	o Brito
		Dr. Alberto Maria Chiarini
	Dr. Claudio De Marco	
		Dr. Paolo Grossi
	Eng. Camillo Gloria	
		Eng. Fabrizio Dassogno
	Eng. Giuseppe Ricci	
		Eng. Luigi Piro
	Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia	



#### GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e SUBSIDIÁRIAS

# <u>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS</u> <u>PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007 (IFRS/IAS)</u>

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2008	Junho 2007
Actividades operacionais:		<u></u>	
Recebimentos de clientes		7.707.441	5.750.016
Pagamentos a fornecedores		(5.814.293)	(3.737.492)
Pagamentos ao pessoal		(95.051)	(93.768)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.200.641)	(1.275.986)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(57.970)	(87.635)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(6.198)	(7.035)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(5.130)	(5.340)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(195.518)	(173.081)
Fluxos das actividades operacionais (1)		332.640	369.679
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações Financeiras		715	1.500
Activos fixos tangíveis		2.004	3.703
Subsídios de investimento	12	1.947	6.575
Juros e proveitos similares		1.792	2.895
Dividendos	4	15.424	21.714
Empréstimos concedidos		747	168
		22.629	36.555
Pagamentos respeitantes a:			
Participações Financeiras		(95)	(836)
Activos fixos tangíveis		(242.180)	(152.205)
Activos fixos intangíveis		(29.533)	(14.319)
Empréstimos concedidos		(335)	
		(272.143)	(167.360)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(249.514)	(130.805)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		248.080	13.357
Juros e proveitos similares		1.152	1.317
Letras descontadas		1.214	5.266
		1.214	
		250.446	19.940
Pagamentos respeitantes a:		250.446	19.940
Empréstimos obtidos		<b>250.446</b> (21.972)	<b>19.940</b> (48.287)
* .		250.446	<b>19.940</b> (48.287)
Empréstimos obtidos		<b>250.446</b> (21.972)	19.940 (48.287) (7.197)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos	23	250.446 (21.972) (12.058)	19.940 (48.287) (7.197) (13.802)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares	23	250.446 (21.972) (12.058) (11.402)	(48.287) (7.197) (13.802) (252.206)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados	23	(21.972) (12.058) (11.402) (139.371)	(48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas	23	250.446 (21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853)	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira	23	(21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58)	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira Juros de contratos de locação financeira	23	(21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58) (3)	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46) (11) (772)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira Juros de contratos de locação financeira	23	250.446 (21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58) (3) (276)	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46) (11) (772)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira Juros de contratos de locação financeira Juros de empréstimos obrigacionistas  Fluxos das actividades de financiamento (3)	23	250.446  (21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58) (33) (276) (185.993) 64.453	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46) (1) (772) (326.791)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira Juros de contratos de locação financeira Juros de empréstimos obrigacionistas  Fluxos das actividades de financiamento (3)  Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	23	250.446  (21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58) (3) (276) (185.993) 64.453	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46) (1) (772) (326.791) (306.851)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira Juros de contratos de locação financeira Juros de empréstimos obrigacionistas  Fluxos das actividades de financiamento (3)  Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)  Efeito das diferenças de câmbio		250.446 (21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58) (3) (276) (185.993) 64.453	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46) (11) (772) (326.791) (306.851)
Empréstimos obtidos Juros de empréstimos obtidos Juros e custos similares Dividendos/distribuição de resultados Reembolso de letras descontadas Amortizações e juros de contratos de locação financeira Juros de contratos de locação financeira Juros de empréstimos obrigacionistas  Fluxos das actividades de financiamento (3)  Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	23 17 17	250.446  (21.972) (12.058) (11.402) (139.371) (853) (58) (3) (276) (185.993) 64.453	19.940 (48.287) (7.197) (13.802) (252.206) (4.480) (46) (1) (772) (326.791) (306.851)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo em 30 de Junho de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata	Dr. Francisco Luís Murteira Nabo		
	Eng. Manuel Ferreira De Oliveira		
	Eng. Manuel Domingos Vicente		
	Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes		
	Eng. José António Marques Gonçalves		
	Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro		
	Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva		
	Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves		
	Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito		
	Dr. Alberto Maria Chiarini		
	Dr. Claudio De Marco		
	Dr. Paolo Grossi		
	Eng. Camillo Gloria		
	Eng. Fabrizio Dassogno		
	Eng. Giuseppe Ricci		
	Eng. Luigi Piro		
	Prof. Doutor loaquim losé Borges Gouveia		



#### GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e SUBSIDIÁRIAS

# <u>DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</u> <u>PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007</u>

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de acções	Reservas de conversão	Outras reservas
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		829.251	82.006	(10.385)	107.024
Aumentos de reservas por aplicação de resultados Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados			-	-	39.877
Outros aumentos/diminuições das reservas de cobertura Outras variações Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo) Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)	22			(1.509) (1.067)	(463) - -
Variações de interesses minoritários  Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio  Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e interesses minoritários	<u> </u>		- - -	(2.576)	39.414 -
Saldo em 30 de Junho de 2007		829.251	82.006	(12.961)	146.438
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		829.251	82.006	(22.818)	146.438
Aumentos de reservas por aplicação de resultados Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados Outros aumentos / diminuições reservas de cobertura Outras variações Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo) Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas) Variações de interesses minoritários Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio Resultado líquido do período atribuível aos accionistas e interesses minoritários	23 22			(4.143) (2.437) (6.580)	28.043 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -
Saldo em 30 de Junho de 2008		829.251	82.006	(29.398)	174.481

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o semestre findo em 30 de Junho de 2008.

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Domingos Vicente

Eng. José António Marques Gonçalves

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Claudio De Marco

Eng. Camillo Gloria

Eng. Giuseppe Ricci

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Luigi Piro



Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados	Resultado líquido do período	Sub-Total	Interesses minoritários	Total
710	254.757	<u>-</u>	754.774	2.018.137	18.537	2.036.674
-	714.897	-	(754.774)	_	-	-
-	(252.092)	-	· -	(252.092)	-	(252.092)
1.232	-	-	-	1.232	-	1.232
-	-	-	-	(463)	-	(463)
(268)	-	-	-	(268)	-	(268)
-	-	-	-	(1.509)	-	(1.509)
-	-	-	-	(1.067)	(88)	(1.067) (88)
964	462.805		(754.774)	(254.167)	(88)	(254.255)
-	-	-	401.014	401.014	2.898	403.912
1.674	717.562	-	401.014	2.164.984	21.347	2.186.331
1.307	717.562	(126.046)	776.627	2.404.327	21.988	2.426.315
-	748.584	-	(776.627)	-	-	-
-	(265.360)	126.046		(139.314)	-	(139.314)
(11)	-	-	-	(11)	-	(11)
-	1	-	-	1	-	1
44	-	-	-	44	-	44
-	-	-	-	(4.143)	-	(4.143)
-	-	-	-	(2.437)	(769)	(2.437) (769)
33	483.225	126.046	(776.627)	(145.860)	(769)	(146.629)
-	-	-	524.061	524.061	2.774	526.835
1.340	1.200.787		524.061	2.782.528	23.993	2.806.521



# **ÍNDICE DE NOTAS**

1. NOTA INTRODUTÓRIA	38
2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS	41
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	43
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	44
5. PROVEITOS OPERACIONAIS	44
6. CUSTOS OPERACIONAIS	45
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	47
8. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	48
9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	48
10. RESULTADOS POR ACÇÃO	49
11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	49
12. SUBSÍDIOS	52
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER	52
14. CLIENTES	55
15. INVENTÁRIOS	56
16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	57
17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	58
18. CAPITAL SOCIAL	59
19. EMPRÉSTIMOS	60
20. OUTRAS CONTAS A PAGAR	63
21. PROVISÕES	64
22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	66
23. DIVIDENDOS	70
24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS	71
25. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	71
26. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	76
27. UNBUNDLING	78
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	78



# GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

#### a) Empresa – mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de "Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.", tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP–Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. ("Transgás, S.A." actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

No decurso do período findo em 30 de Junho de 2008 a subsidiaria GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A. foi integrada através de um processo de fusão por incorporação com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, na Galp Energia, SGPS, S.A. e a subsidiaria GDP Distribuição, SGPS, S.A., que detém as participações financeiras do grupo nas empresas da actividade do gás natural, passou a designar-se GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A..

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 30 de Junho de 2008 evidenciada na Nota 18.

Parte das acções da Empresa encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

#### b) O Grupo:

Em 30 de Junho de 2008 o Grupo Galp ("Grupo") é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. ("Petrogal") e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de "upstream" e "downstream" na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A (anteriormente denominada GDP Distribuição, SGPS, S.A.), e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que tem todos os serviços de suporte corporativos.



## b1) Actividade de "Upstream" e "Downstream" na área do petróleo bruto.

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção ("upstream") essencialmente em Angola e no Brasil, refinação e distribuição ("downstream") de petróleo bruto e seus derivados.

#### b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de aprovisionamento, venda a produtores de electricidade em regime ordinário e venda ao comercializador de último recurso grossista, nomeadamente a Galp Gás Natural, S.A.; armazenagem, Transgás Armazenagem, S.A.; distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente a Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor contabilístico daqueles bens líquido de amortizações, comparticipações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei nº30/2006 de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo-se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se claramente o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um



exercício transparente da actividade. No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O livre exercício de comercialização de gás natural fica sujeito ao regime transitório estabelecido para a abertura gradual do mercado, tendo em consideração o estatuto de mercado emergente e da derrogação que lhe está associada.

Nos termos referidos no decreto-lei, as actividades que se integram na rede pública de gás natural, a comercialização de gás natural de último recurso e a operação logística de mudança de fornecedor estão sujeitas a regulação. Sem prejuízo das competências de outras entidades administrativas, a regulação sectorial é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Por forma a concretizar a separação das actividades de distribuição e comercialização de gás natural foram assinados contratos entre as distribuidoras regionais e a Galp Gás Natural, S.A. relativamente à transmissão de activos regulados. Adicionalmente, foram constituídas empresas comercializadoras, nas regiões em que o número de clientes é superior a 125 mil, com vista à separação da actividade de comercialização da actividade de distribuição.

## b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

#### c) Actividade

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de exploração e produção ("E&P") é responsável pela presença da Galp Energia no sector *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Mocambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos ("Refinação e Distribuição") detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique e Guiné-bissau com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e "joint-ventures" em Angola e Cabo Verde.



- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento,
   Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a geração de energia.
  - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m3, a empresas produtoras de electricidade e às empresas distribuidoras da gás natural e UAG 's ("distribuidoras de gás natural "). A Galp Energia também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
  - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tendo em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m3.
  - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em cinco centrais de cogeração, das quais três se encontram a operar com uma capacidade instalada total de 80 MW. Adicionalmente detém participação em parques eólicos e central de ciclo combinado, os quais se encontram ainda em fase de investimento.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa utilizada, preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

#### 2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".



O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Durante o 1º semestre do ano de 2008 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações pedidas por este normativo, consultar o anexo consolidado a Dezembro de 2007.

## 2.1 Alteração de políticas contabilísticas

O grupo Galp Energia decidiu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 alterar a sua política contabilística quanto à classificação na demonstração de resultados de determinados custos e proveitos abaixo descriminados, tendo efectuado reexpressão na informação relativa ao semestre findo em 30 de Junho 2007 apresentada para efeitos comparativos.

- (i) Imposto sobre o rendimento do petróleo (IRP). Atendendo a que o IRP, imposto suportado pela subsidiária Galp Exploração em Angola, se equipara ao Imposto sobre o rendimento, mais do que a um imposto especifico sobre a venda de produtos, passou a ser classificado na rubrica de Imposto sobre o rendimento, tendo sido classificado na rubrica de Outros custos operacionais em 30 de Junho de 2007.
- (ii) Apólices de seguros emitidos e pagos no grupo Galp Energia. Os custos e proveitos de algumas apólices de seguros emitidas e pagas, não relacionadas directamente com a actividade reseguradora, levada a cabo pela subsidiária TagusRE, encontravam-se classificadas nas rubricas Fornecimentos e serviços externos e Prestações de serviço nas demonstração de resultados consolidada. É interpretação do Grupo, que as apólices de seguro emitidas e pagas, directamente relacionadas devem ser apresentadas pelo seu valor líquido, evitando um empolamento de igual montante em custos e proveitos nas demonstrações consolidadas.

As alterações efectuadas ás politicas contabilísticas melhoram, segundo o Grupo a interpretação por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Os impactos nas rubricas da demonstração de resultados consolidada podem ser resumidos como seque:



Rubricas	Notas	Reexpresso 2007	Imposto sobre o rendimento do petróleo (IRP)	Apólices de seguros	Junho 2007
Prestações de serviços	5	61.762	-	(8.256)	70.018
Fornecimentos e serviços externos	6	298.441	-	(8.256)	306.697
Outros custos operacionais Imposto sobre o rendimento	6	14.052 (125.675)	(19.036) (19.036)	-	33.088 (106.639)

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2007 e o respectivo anexo.

# 3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2008 o perímetro de consolidação foi alterado face a 31 de Dezembro de 2007, conforme segue:

- (a) A subsidiária Driftal Plastificantes de Portugal S.A. foi dissolvida no primeiro semestre de 2008.
- (b) A subsidiaria Galp Power, SGPS, S.A. subscreveu 100% do capital social da Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A., a qual foi constituída em 09 de Janeiro de 2008 e cuja actividade consiste na produção e comercialização de energia eléctrica, incluindo a concepção, construção e exploração de uma central termo eléctrica de ciclo combinado, bem como o exercício de quaisquer outras actividades conexas.
- (c) A subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. subscreveu 67% do capital social da Galpbuzí Agro-Energia, S.A., a qual foi constituída em 23 de Abril de 2008 e cuja actividade consiste na promoção do desenvolvimento da produção de óleo vegetal não alimentar em Moçambique para posterior exportação do mesmo, bem como o exercício de quaisquer actividades conexas.

As empresas integradas na consolidação pelo método de consolidação proporcional apresentam a 30 de Junho de 2008, os seguintes impactos (correspondentes às parcelas apropriadas) nas demonstrações financeiras consolidadas:



#### Contribuição da Consolidação Proporcional (a)

FIRMA	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Resultado líquido do exercicio
C.L.C Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	125.658	(78.503)	14.445	(8.919)	5.526
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	177	(125)	297	(311)	(14)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	15.791	(15.729)	2.200	(2.137)	63
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	104	(97)	206	(205)	1
Ventinveste, S.A. (b)	1.177	(1.273)	20	(107)	(87)
	142.907	(95.727)	17.168	(11.679)	5.489

<sup>(</sup>a) Antes de eliminações de consolidação.

## 4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O valor recebido de dividendos no semestre findo em 30 de Junho de 2008 foi de mEuros 15.424 dos quais:

- mEuros 3.319 foram distribuídos pela Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. ("CLH");
- mEuros 6.184 pela associada EMPL-Europe Magreb Pipeline, Ltd,;
- mEuros 3.095 pelo Gasoduto Estremadura S.A.;
- mEuros 2.317 pelo Gasoduto Al Andaluz, S.A.
- mEuros 509 pela Empresa Nacional de Combustíveis Enacol S.A.R.L.

#### **5. PROVEITOS OPERACIONAIS**

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos rendimentos operacionais do grupo durante os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007:

<sup>(</sup>b) Os montantes representam o consolidado do Grupo Ventinveste, incluíndo exclusivamente todas as subsidiárias do ramo de actividade eólico.



Rubricas	Junho 2008	Junho 2007
Vendas:		
de mercadorias	2.570.786	2.021.324
de produtos	4.900.849	3.802.357
	7.471.635	5.823.681
Prestações de serviços	64.915	61.762 (a)
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	24.362	23.549
Ganhos em Imobilizações	696	3.049
Subsídios à exploração	3.300	2.057
Outros	10.338	11.655
	38.696	40.310
	7.575.246	5.925.753

(a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A rubrica de proveitos suplementares em 2008 inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

## **6. CUSTOS OPERACIONAIS**

Os resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foram afectados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:



Custo das Vendas:         Amercadorias         1.544.07z         1.155.442           Matérias-primas e subsidiárias         3.717.042         2.509.299           Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)         1.176.232         1.244.451           Variação da produção         (173.018)         (81.363)           Reduções ao inventário         (286)         4.307           Derivados Financeiros         (1.560)         4.952           Fornecimentos e serviços externos:           Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.865 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros extosos pescaia	RUBRICAS	Junho 2008	Junho 2007
Mercadorias         1.544.072         1.155.442           Matérias-primas e subsidiárias         3.717.042         2.509.299           Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)         1.176.232         1.244.451           Variação da produção         (173.018)         (81.363)           Reduções ao inventário         (286)         4.307           Derivados Financeiros         (1.560)         4.952           Bernadas e alugueres         2.2482         4.837.088           Fornecimentos e serviços externos:           Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenageme e enchimento         26.870         25.600           Serviços especializados         100.033         11.421 (a)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros custos         23.872         22.700	Custo das Vendas:		
Matérias-primas e subsidiárias         3,717,042         2,509,299           Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)         1,176,232         1,244,451           Variação da produção         (13,3018)         (81,363)           Reduções ao inventário         (286)         4,307           Derivados Financeiros         (1,560)         4,952           Fornecimentos e serviços externos:		1.544.072	1.155.442
Imposto sobre produtos petroliferos (ISP)   1.176.232   1.244.451   Variação da produção (173.018) (81.363)   Reduções ao inventário (266)   4.307   Derivados Financeiros (1.560)   4.952   6.262.482   4.837.088   Fornecimentos e serviços externos:   Subcontratos   4.446   6.222 (b)   Rendas e alugueres   23.459   20.261 (b)   Conservação e reparação   27.852   23.300   Publicidade   11.550   11.296   Transporte de mercadorias   44.291   48.210 (b)   Seguros   10.033   11.421 (a)   5.92   5.834   5.783   4.7832   5.834   5.783   4.7832   5.834   5.783   4.7832   5.834   5.783   4.7832   5.834   5.783   4.7832   5.834   5.783   5.834   5.784   5.834   5.784   5.834   5.784   5.834   5.784   5.834   5.784   5.834   5.784   5.834   5.			
Variação da produção         (173.018)         (81.363)           Reduções ao inventário         (286)         4.307           Derivados Financeiros         (1560)         4.952           Fornecimentos e serviços externos:         4.446         6.222 (b)           Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros custos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         30.891         298.441           Eccargos sórgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações órgãos sociais (Nota 124)         8.144         17.901 <td>·</td> <td>1.176.232</td> <td></td>	·	1.176.232	
Reduções ao inventário         (286)         4.307           Derivados Financeiros         (1.560)         4.952           Fornecimentos e serviços externos:         4.446         6.222 (b)           Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Custos com pessoal         8.284 (b)         20.295 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039 (b)         2.295 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039 (b)         2.295 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 124)		(173.018)	(81.363)
Derivados Financeiros         (1.560)         4.952           Fornecimentos e serviços externos:         8           Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros crinceimentos e serviços externos         33.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Encargos sociais         87.095 (b)         20.2033 (b)           Encargos sociais         18.814 (17.901 (b)         20.000 (c)           Beneficios de reforma - pensões e seguros         16.724 (a)         3.015 (a)           Outros gastos         135.635 (a)         129.778 (a)           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         11.786 (a)			, ,
Fornecimentos e serviços externos:         4.446         6.222 (b)           Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         111.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         100.309         94.685 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         308.591         298.441           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações órgãos se imparidades (Nota 11):         3.50 <t< td=""><td></td><td></td><td></td></t<>			
Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Tama provisões			
Subcontratos         4.446         6.222 (b)           Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Tamatrizações e	Fornecimentos e servicos externos:		
Rendas e alugueres         23.459         20.261 (b)           Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         4.116		4.446	6.222 (b)
Conservação e reparação         27.852         23.300           Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Beneficios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         4.05.777           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384 <td>Rendas e aluqueres</td> <td>23.459</td> <td></td>	Rendas e aluqueres	23.459	
Publicidade         11.550         11.296           Transporte de mercadorias         44.291         48.210 (b)           Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         308.591         298.441           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384         105.177           Amortizações e imparidade d	3	27.852	• •
Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         308.591         298.441           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384         105.177           Amortizações e imparidade de contas a receber         11.786         13.867           Perdas de imparidade de contas a receber		11.550	11.296
Seguros         10.033         11.421 (a)           Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         308.591         298.441           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384         105.177           Amortizações e imparidade de contas a receber         11.786         13.867           Perdas de imparidade de contas a receber	Transporte de mercadorias	44.291	48.210 (b)
Comissões         5.834         5.783           Armazenagem e enchimento         26.870         25.600           Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Outros custos         308.591         298.441           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384         105.177           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         11.786         13.867           Provisões e reversões         16.802         5.339           Perdas de imparidade de contas a receber (Nota 14)		10.033	
Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Custos com pessoal:         20.933         18.659 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039 (2.95)           Remunerações do pessoal         90.628 (87.095)           Encargos sociais         18.814 (17.901)           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724 (18.211)           Outros seguros         3.550 (16.724 (18.211)           Outros gastos         2.880 (761 (135.635 (129.778))           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384 (105.177 (19.04)           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         93.384 (105.177 (19.044)         11.786 (13.867 (19.044)           Provisões e reversões         16.802 (5.339 (19.044)         5.339 (19.044)           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14) (19.04 (19.044)         389 (19.044)         4.846 (19.044)           Perdas de imparidade de contas a receber (Nota 13) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044		5.834	, ,
Serviços e taxas portuárias         9.142         10.301 (b)           Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           Custos com pessoal:         20.933         18.659 (b)           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039 (2.95)           Remunerações do pessoal         90.628 (87.095)           Encargos sociais         18.814 (17.901)           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724 (18.211)           Outros seguros         3.550 (16.724 (18.211)           Outros gastos         2.880 (761 (135.635 (129.778))           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384 (105.177 (19.04)           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         93.384 (105.177 (19.044)         11.786 (13.867 (19.044)           Provisões e reversões         16.802 (5.339 (19.044)         5.339 (19.044)           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14) (19.04 (19.044)         389 (19.044)         4.846 (19.044)           Perdas de imparidade de contas a receber (Nota 13) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044) (19.044	Armazenagem e enchimento	26.870	25.600
Outros serviços especializados         100.309         94.685 (b)           Outros fornecimentos e serviços externos         23.872         22.703 (b)           Outros custos         20.933         18.659 (b)           308.591         298.441           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039 (2.295)           Remunerações do pessoal         90.628 (87.095)           Encargos sociais         18.814 (17.901)           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724 (18.211)           Outros seguros         3.550 (3.515)           Outros gastos         2.880 (761)           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         3.5635 (129.778)           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384 (105.177)           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         11.786 (13.867)           Provisões e imparidade de contas a receber         105.170 (119.044)           Provisões e reversões         16.802 (5.339)           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)         389 (4.846)           Perdas de imparidade de contas a receber (Nota 13)         (9) (9) (9) (9) (9) (9) (9) (9) (9) (9)	<u>-</u>	9.142	
Outros fornecimentos e serviços externos         23.872 (2.703 (b))         22.933 (b)         18.659 (b)         (b)           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039 (2.295)         2.295           Remunerações do pessoal         90.628 (87.095)         87.095           Encargos sociais         18.814 (17.901)         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724 (18.211)         18.211           Outros gastos         2.880 (761)         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         3.550 (129.778)           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384 (105.177)           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         11.786 (13.867)           105.170 (119.044)         119.044           Provisões e imparidade de contas a receber         16.802 (5.339)           Perdas de imparidade de contas a receber (Nota 14) (9) (9) (9) (9) (9) (9) (9) (17.182)         54 (17.182) (10.239)           Outros custos operacionais         4.116 (4.574) (4.		100.309	` '
Outros custos         20.933         18.659 (b)           Custos com pessoal:           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):			` '
Custos com pessoal:         298.441           Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):         Tas.635         129.778           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384         105.177           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         11.786         13.867           Provisões e imparidade de contas a receber         105.170         119.044           Provisões e reversões         16.802         5.339           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)         389         4.846           Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)         (9)         54           Outros custos operacionais         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)			
Remunerações órgãos sociais (Nota 24)         3.039         2.295           Remunerações do pessoal         90.628         87.095           Encargos sociais         18.814         17.901           Benefícios de reforma - pensões e seguros         16.724         18.211           Outros seguros         3.550         3.515           Outros gastos         2.880         761           Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 11):           Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis         93.384         105.177           Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         11.786         13.867           Provisões e imparidade de contas a receber         105.170         119.044           Provisões e reversões         16.802         5.339           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)         389         4.846           Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)         (9)         54           Outros custos operacionais         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)			
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis 93.384 105.177 Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis 11.786 13.867 105.170 119.044  Provisões e imparidade de contas a receber Provisões e reversões 16.802 5.339 Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14) 389 4.846 Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13) (9) 54 17.182 10.239  Outros custos operacionais Outros impostos 4.116 4.574 Perdas em Imobilizações 10.173 152 Outros custos operacionais 7.142 9.326 (a) 21.431 14.052	Remunerações órgãos sociais (Nota 24) Remunerações do pessoal Encargos sociais Benefícios de reforma - pensões e seguros Outros seguros Outros gastos	90.628 18.814 16.724 3.550 2.880	87.095 17.901 18.211 3.515 761
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis         11.786         13.867           Provisões e imparidade de contas a receber           Provisões e reversões         16.802         5.339           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)         389         4.846           Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)         (9)         54           17.182         10.239           Outros custos operacionais         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)           Outros custos operacionais         21.431         14.052		93 38/	105 177
105.170         119.044           Provisões e imparidade de contas a receber           Provisões e reversões         16.802         5.339           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)         389         4.846           Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)         (9)         54           17.182         10.239           Outros custos operacionais         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)           Outros custos operacionais         21.431         14.052			
Provisões e imparidade de contas a receber           Provisões e reversões         16.802         5.339           Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)         389         4.846           Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)         (9)         54           17.182         10.239           Outros custos operacionais         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)           Outros custos operacionais         21.431         14.052	Amortizações e impandades de activos nãos intangiveis		
Provisões e reversões       16.802       5.339         Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)       389       4.846         Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)       (9)       54         17.182       10.239         Outros custos operacionais         Outros impostos       4.116       4.574         Perdas em Imobilizações       10.173       152         Outros custos operacionais       7.142       9.326 (a)         21.431       14.052	Provisões e imparidade de contas a receber		
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)       389       4.846         Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)       (9)       54         17.182       10.239         Outros custos operacionais         Outros impostos       4.116       4.574         Perdas em Imobilizações       10.173       152         Outros custos operacionais       7.142       9.326 (a)         21.431       14.052		16 902	5 330
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)         (9)         54           17.182         10.239           Outros custos operacionais           Outros impostos         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)           21.431         14.052			
Outros custos operacionais         4.116         4.574           Outros impostos         10.173         152           Perdas em Imobilizações         7.142         9.326 (a)           Outros custos operacionais         21.431         14.052	•		
Outros custos operacionais         4.116         4.574           Outros impostos         4.116         4.574           Perdas em Imobilizações         10.173         152           Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)           21.431         14.052	r craas de impariadae de valias contas a receber (Nota 15)		
Outros impostos       4.116       4.574         Perdas em Imobilizações       10.173       152         Outros custos operacionais       7.142       9.326 (a)         21.431       14.052	Outros custos operacionais		
Perdas em Imobilizações       10.173       152         Outros custos operacionais       7.142       9.326 (a)         21.431       14.052		4.116	4.574
Outros custos operacionais         7.142         9.326 (a)           21.431         14.052	•		
21.431 14.052			
	operational		

- (a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.
- (b) No decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2008 foram efectuadas alterações no que respeita à classificação das respectivas rubricas de custos com fornecimentos e serviços externos. As demonstrações financeiras comparativas foram reexpressas utilizando os mesmos critérios.



O montante de mEuros 16.802 respeitante a Provisões e Reversões inclui essencialmente o reforço da provisão para fazer face ao diferendo sobre o preço do gás existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquified Natural Gas Limited, no montante de mEuros 13.421.

# 7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

## Segmentos de negócio

Por questões estratégicas, o grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;

Relativamente ao segmento de negócio "outros", o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Taqus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Junho de 2008 e 2007 relativamente ao resultado das operações e a 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 relativamente à informação financeira relativa ao balanço:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural				e Exploração e Produção		Electricidade	Outros		Eliminações		Consolidado		
	2008	2007 (a)	2008	2007 (a)	2008	2007 (a)	2008	2007 (a)	2008	2007 (a)	2008	2007 (a)	2008	2007 (a)
Proveitos														
Vendas e Prestações Serv Inter-segmentais	899.297 34.071	651.257 21.339	6.644.001 1.236	5.240.097 1.589	154.569 145.602	93.233 92.770	16.443 283	14.457	57.830 54.398	49.676 47.579	(235.590) (235.590)	(163.277) (163.277)	7.536.550	5.885.443
Externas	865.226	629.918	6.642.765	5.238.508	8.967	463	16.160	14.457	3.432	2.097	-	-	7.536.550	5.885.443
EBITDA (1)	200.420	116.985	521.963	424.712	115.015	99.460	2.547	1.234	7.037	3.958	125	44	847.107	646.393
Gastos não Desembolsáveis														
Amortizações e Ajustamentos	(15.296)	(13.794)	(59.623)	(76.725)	(28.573)	(26.481)	(1.515)	(1.472)	(163)	(572)	-	-	(105.170)	(119.044)
Provisões (liq.)	(15.492)	(2.633)	(387)	(5.347)	(1.906)	(2.254)	(3)	(5)	606	-	-	-	(17.182)	(10.239)
Resultados Segmentais	169.632	100.558	461.953	342.640	84.536	70.725	1.029	(243)	7.480	3.386	125	45	724.755	517.111
Resultados Financeiros	13.485	21.773	(16.754)	(7.238)	8.171	6.082	(1.040)	(587)	4.675	(7.509)	(125)	(45)	8.412	12.476
Imposto sobre o Rendimento	(43.433)	(27.360)	(109.486)	(79.157)	(52.367)	(20.007)	(193)	576	(853)	273	-	-	(206.332)	(125.675)
Interesses Minoritários	(1.853)	(2.080)	(417)	(475)	-	-	(504)	(343)					(2.774)	(2.898)
Resultados Liquido IFRS/IAS	137.831	92.891	335.296	255.770	40.340	56.799	(708)	(596)	11.302	(3.850)			524.061	401.014

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro 2007														
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Activos do Segmento (2)														
Investimento Financeiro (3)	79.664	73.916	69.892	73.958	-	-	157	1.798	450	129	-	-	150.163	149.802
Outros Activos	1.522.320	1.319.524	4.710.046	3.981.962	700.342	569.675	99.750	93.003	1.496.897	451.946	(1.963.141)	(816.251)	6.566.214	5.599.861
Activos Totais Consolidados	1.601.984	1.393.441	4.779.938	4.055.921	700.342	569.675	99.907	94.801	1.497.347	452.074	(1.963.141)	(816.251)	6.716.377	5.749.663
Passivos Totais Consolidados	1.062.871	608,141	3,225,137	2.675.512	308.281	185.947	96,950	91.633	1.179.758	578.362	(1.963.141)	(816.251)	3.909.856	3.323.348

<sup>(1)</sup> EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

<sup>(2)</sup> Quantia liquida. (3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial. (a) Valores reexpressos face às contas aprovadas no semestre findo em 30 de Junho 2007 (Nota 2)



#### 8. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e gastos financeiros para os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 é como segue:

	Junho 2008	Junho 2007
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	2.515	4.066
Outros proveitos financeiros	2.264	1.999
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	1.850	1.415
	6.629	7.480
<u>Custos financeiros</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(14.286)	(13.770)
Juros capitalizados nos activos fixos	879	169
Securitização de contas a receber - Encargos Financeiros (Nota 19)	(4.210)	(5.308)
Outros custos financeiros	(6.566)	(5.983)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(266)	(239)
	(24.449)	(25.131)

O grupo acordou como politica capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo contabilístico relativo aos custos dos empréstimos obtidos.

# 9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas dos semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 detalham-se da seguinte forma:

	Junho 2008	Junho 2007
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	14.889	14.676
CLH - Compañia Logistica de Hidrocarboros, S.A.	2.850	7.795
Gasoduto Extremadura, S.A.	1.962	1.446
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.594	1.102
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda.	-	945
Outras (Perdas) / Ganhos liquidos	673	5.961
	21.968	31.925



# 10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Junho 2008	Junho 2007
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do período)	524.061	401.014
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 18)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0,63	0,48

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

## 11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

		Junho 2008			Dezembro 200	7
Activos Tangíveis		Amortizações			Amortizações	
	Activo Bruto	Acumuladas e	Activo Líquido	Activo Bruto	Acumuladas e	Activo Líquido
		imparidades			imparidades	
Terrenos e recursos naturais	198.467	(3.316)	195.151	195.917	(3.213)	192.704
Edifícios e outras construções	704.430	(430.858)	273.572	686.037	(416.930)	269.107
Equipamento básico	3.965.352	(2.921.754)	1.043.598	3.909.244	(2.846.378)	1.062.866
Equipamento de transporte	23.405	(20.970)	2.435	22.955	(20.798)	2.157
Ferramentas e utensílios	4.271	(3.803)	468	4.306	(3.719)	587
Equipamento administrativo	128.657	(114.057)	14.600	125.617	(111.186)	14.431
Taras e vasilhame	155.257	(138.044)	17.213	154.230	(136.162)	18.068
Outras imobilizações corpóreas	107.330	(65.492)	41.838	105.876	(62.179)	43.697
Imobilizações em curso	600.284	-	600.284	497.922	-	497.922
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	7.888	-	7.888	6.197	-	6.197
	5.895.341	(3.698.294)	2.197.047	5.708.301	(3.600.565)	2.107.736
Activos Intangíveis		Amortizações			Amortizações	
	Activo Bruto	Acumuladas e	Activo Líquido	Activo Bruto	Acumuladas e	Activo Líquido
		imparidades			imparidades	
Despesas de instalação	2.944	(2.876)	68	3.027	(2.958)	69
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.659	(1.877)	782	2.500	(1.800)	700
Propriedade industrial e outros direitos	244.274	(127.941)	116.333	225.785	(121.381)	104.404
Reconversão de consumos para gás natural	279.000	(81.888)	197.112	265.172	(75.787)	189.385
Trespasses	11.366	(11.055)	311	11.130	(10.768)	362
Imobilizações em curso	9.347	-	9.347	14.375	-	14.375
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	236		236	207	-	207
	549.826	(225.637)	324.189	522.196	(212.694)	309.502
	•			-		

Os activos fixos tangíveis e intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.



Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis (essencialmente reconversões para gás natural) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

#### Principais incidências durante o primeiro semestre de 2008:

Relativamente ao sub-grupo GDP (aprovisionamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural) as principais variações do semestre ao nível do activo bruto nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de mEuros 9.927 na empresa Lisboagás GDL Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., referentes a redes, ramais, contadores, outras infra-estruturas e reconversões de consumo para gás natural;
- Aumento de mEuros 2.889, na empresa Lusitaniagás Companhia de Gás do Centro, S.A., são referentes a redes, ramais, contadores e outras infra-estruturas e a reconversões de consumo para gás natural;
- Redução de mEuros 3.572 na empresa Lisboagás GDL Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, dos quais mEuros 1.287 respeitam a contadores de gás e mEuros 2.285 a elementos de rede de baixa e média pressão. Estes activos tinham um valor líquido contabilístico de mEuros 147;

Relativamente ao sub-grupo Petrogal (exploração, produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos) as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32 e Bloco 14 nos montantes de mEuros 7.566 e mEuros 63.592, respectivamente e em Moçambique Bloco Rovuma no montante de mEuros 1.934;
- Redução de mEuros 9.635 relativa ao abate de Blocos abandonados no Brasil;
- Aumento de custos em pesquisa em blocos operados e não operados no Brasil no montante de mEuros 25.779;
- Aumento de custos em pesquisa de petróleo em blocos não operados em Timor Leste no montante de mEuros 6.566;
- mEuros 3.139, na Galp Energia Espanha respeitantes, a instalações de gás propano em clientes e a investimentos feitos na rede de postos de abastecimento nos montantes de mEuros 221 e mEuros 2.918 respectivamente;



- mEuros 15.955 em bónus de assinaturas para aquisição de participação em mais sete blocos em offshore
  na nona rodada de licitações (um na bacia de Campos, três na bacia de Santos e três na bacia
  Pernambuco-Paraíba), e os bónus de assinatura de farmin agreement para pesquisa de blocos em Timor,
  nos montantes de mEuros 9.831 e mEuros 6.124, respectivamente;
- mEuros 4.884 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- mEuros 16.599 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto, mEuros 19.642 relativos a projectos de conversão nas refinarias de Sines e Porto e mEuros 8.732 de outros projectos industriais.
- mEuros 3.183 relativos à modernização da linha de enchimento de garrafas de gás, nomeadamente para adaptação de redes e aquisição de novas garrafas;
- mEuros 1.275 relativos à construção de navio;

No decurso do primeiro semeste de 2008 foram abatidos bens de natureza tangível e intangível nos montantes de mEuros 3.072 e mEuros 185 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso, em 30 de Junho de 2008, é composta como segue:

	Activo bruto	Subsídios ao investimento	Activo deduzido de subsídios
Pesquisa de petróleo nos blocos em Angola	296.413		296.413
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	98.771	-	98.771
Investimentos industriais afectos às refinarias	40.711	-	40.711
Centrais de cogeração	40.623	-	40.623
Renovação e expansão da rede de postos de abastecimento	32.696	-	32.696
Projectos de Reconversão de Refinarias	25.930	-	25.930
Pesquisa e exploração de petróleo em Timor Leste	12.690	-	12.690
Equipamento Industrial - Refinaria do Porto	9.479	-	9.479
Construção de infra-estruturas para Armazenagem estratégica	7.087	(1.549)	5.538
Central de ciclo combinado de Sines	5.776	-	5.776
Construção de navio	5.634	-	5.634
Leixões - Tubagens na refinaria do Porto	4.044	-	4.044
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto e Sines	3.659	-	3.659
Sistemas de protecção contra incêndios- Refinaria do Porto	2.978	-	2.978
Construção de infra-estruturas de redes e reconversões de gás natural	2.733	(1.006)	1.727
Parques Eólicos	2.356	-	2.356
Monobóia - Instalação e peças de reserva	2.017	-	2.017
Outros projectos	18.589	-	18.589
	612.186	(2.555)	609.631

Da variação ocorrida nas amortizações acumuladas e imparidades entre 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, no montante de mEuros 110.672, o montante de mEuros 105.170 foi registado por contrapartida de amortizações e imparidades (Nota 6), sendo o restante montante de mEuros 5.502 relativo ao abate de bens.



## 12. SUBSÍDIOS

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, os valores recebidos e por receber de subsídios eram os seguintes:

Programa	Valor rec	ebido	Por receber	
	2008	2007	2008	2007
Programa Energia	115.753	115.753	-	-
Interreg II	19.176	19.176	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Economia	206.243	204.296	8	227
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513	-	-
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307	-	-
Outros	12.342	12.342	-	-
Total	448.042	446.095	8	227

No primeiro semestre de 2008 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 1.947.

## 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007:



	Junho 2008		Dezemb	ro 2007
Rubricas	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	89		133	
IVA - Reembolsos solicitados	12.723	<u>-</u>	9.730	_
Outros	362	80	9.730	53
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	48.157	80	12.665	33
Adiantamentos a fornecedores	16.521	-	2.848	_
Saldos devedores de fornecedores	20.110	-	2.848 29.367	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")		-	29.367 17.699	-
	14.640	-		-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	13.089	539	13.089	539
Outras contas a receber - empresas associadas, relacionadas e participadas	10.355	674	5.073	722
Meios de pagamento	3.534	-	9.763	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	1.930	-	1.887	-
Pessoal	1.706	-	1.862	-
Adiantamento ao operador Petrobras	1.229	-	3.149	-
Empréstimos a clientes	525	2.444	614	2.447
Subsídios a receber (Nota 12)	8	-	227	-
Empréstimos a empresas associadas, participadas e relacionadas	-	47.864	-	48.457
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	2.126	-	3.615
Outros Devedores	51.866	1.399	17.278	1.024
	196.844	55.126	126.308	56.857
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	108.576	-	135.652	-
Juros a receber	7.474	-	5.531	-
Swap Petróleo bruto Bloco 14	2.799	-	8.685	-
Rappel a receber sobre compras	1.206	-	1.084	-
Outros acréscimos de proveitos	5.126	-	7.305	-
	125.181	_	158.257	_
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	33.824	_	35.137	-
Seguros pagos antecipadamente	6.097	_	411	_
Custos com catalizadores	2.613	_	3.198	_
Juros e outros encargos financeiros	864	41	1.095	41
Encargos com rendas pagas antecipadamente	181	-	207	-
Benefícios de reforma	101	30.812	207	32.110
Outros custos diferidos	10.045	30.812	0.020	
טענוט נעטנט עווכוועט	10.845	31.160	9.929	32.292
	376.449		334.542	
Imposidado do outros contas a receber		86.286		89.149
Imparidade de outras contas a receber	(4.850) 371.599	86.286	(4.493) 330.049	89.149
	3/1.599	86.286	330.049	89.149

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2008 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo Final
Outras contas a receber	4.493	77	(86)	(84)	450	4.850
	4.493	77	(86)	(84)	450	4.850

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 9 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O aumento significativo na rubrica de Adiantamento a fornecedores de Imobilizado corresponde essencialmente aos adiantamentos pagos ao operador Cabinda Gulf Oil Company, LTD., para a exploração e produção do Bloco 14.



A rubrica de Adiantamento a fornecedores inclui mEuros 6.863 pagos ao fornecedor Nioc Nacional, Iranian Oil Corporation, para a entrega de petróleo bruto.

O montante de mEuros 14.640 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber pela Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular nº 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 13.089 no activo corrente e o montante de mEuros 539 no activo não corrente correspondem aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações celebrado em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, e encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 5.860 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019.

O montante de mEuros 10.355 registado no activo relativo empresas associadas – outros devedores refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 3.534 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Junho de 2008 se encontravam pendentes de recebimento.

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões – recuperação de desembolso no montante de mEuros 1.930 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Junho e ainda não reembolsados.

Os empréstimos não correntes a empresas associadas respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 14.769 e mEuros 9.841, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2008, os quais ascenderam a mEuros 715, sendo mEuros 429 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 286 relativos ao Gasoduto AL-Andaluz foram, capitalizados nesta rubrica.
- GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A., à Setgás Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 7.685 e mEuros 2.849 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2008, ascenderam a mEuros 403 dos quais mEuros 299 relativos a Setgás Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros 104 relativos à Tagusgás Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., e foram capitalizados nesta rubrica.



- Galp Power , SGPS, S.A. à Energin Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. no montante de mEuros 9.422. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2008, ascenderam a mEuros 632.
- Petróleos de Portugal Petrogal, S.A., à Setgás Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 3.206. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2008, ascenderam a mEuros 101.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não tem prazo de reembolso definido.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente: i) mEuros 91.232 à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte; ii) mEuros 3.167 à venda de produtos acabados correspondente aos consumos efectuados no primeiro semestre de 2008 através do cartão Galp Frota e apenas facturados na rede de postos de abastecimento no segundo semestre de 2008.

O montante de mEuros 7.474 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, inclui mEuros 5.872 correspondente a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações S.A..

O montante de mEuros 2.799 registado na rubrica de acréscimos de proveitos – swap petróleo bruto Bloco 14, referente aos swaps sobre "commodities", destinam-se a cobrir transacções realizadas no mês de Junho de 2008, mas cujo fluxo monetário apenas se realiza no mês de Julho de 2008. Estas operações foram realizadas com a intenção de fazer um "alisamento" do preço do Brent, para as transacções de venda do bloco 14 durante o primeiro semestre de 2008, e uma vez que se trata de swaps indexados ao preço mensal do Brent, gera fluxos financeiros reais mensais, existindo a necessidade do reconhecimento do custo/proveito, no mês a que a operação de cobertura respeita.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

O montante de mEuros 6.097 registado na rubrica de seguros pagos antecipadamente refere-se aos seguros anuais liquidados no primeiro semestre de 2008 cujo reconhecimento do custo será registado no segundo semestre de 2008.

## 14. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, apresentava o seguinte detalhe:



RUBRICAS	Junho 2008	Dezembro 2007
Clientes conta corrente	1.168.367	1.061.513
Clientes de cobrança duvidosa	79.185	78.226
Clientes - títulos a receber	4.264	4.568
	1.251.816	1.144.307
Imparidades de contas a receber	(67.089)	(67.248)
	1.184.727	1.077.059

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, que originou um proveito líquido no montante de mEuros 389 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no semestre findo em 30 de Junho de 2008 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Ajustamentos Clientes C/C	869	-	-	-	13	882
Ajustamentos Clientes de Cobrança Duvidosa	66.379	12.578	(12.189)	(453)	(108)	66.207
Total ajustamentos clientes	67.248	12.578	(12.189)	(453)	(95)	67.089

## 15. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007:

RUBRICAS	2008	2007
	_	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	459.273	262.884
Outras matérias-primas e materiais diversos	54.950	44.529
Matérias-primas em trânsito	125.020	180.673
	639.243	488.086
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(9.511)	(10.063)
	629.732	478.023
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	491.898	376.498
Produtos intermédios	342.424	255.778
Produtos acabados em trânsito	-	15.423
	834.322	647.699
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(178)	(7)
	834.144	647.692
Produtos e trabalhos em curso	320	365
Mercadorias	432.224	297.926
Mercadorias em trânsito	48	48
•	432.272	297.974
Ajustamentos de mercadorias	(1.282)	(2.039)
	430.990	295.935
Adiantamento por conta de compras	48	49
	1.895.234	1.422.064



Em 30 de Junho de 2008, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 432.224, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto no montante de mEuros 56.998, e a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A. no montante de mEuros 348.879.

Em 30 de Junho de 2008, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 409.893 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 20).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei nº 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da quantidade e qualidade respectivas. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

#### 16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o sequinte detalhe:

Rubricas	2008	2007
Derivados sobre Taxa de Juro	1.641	1.216
Instrumentos financeiros (Nota 22)	1.641	1.216
Outros Títulos e Investimentos Outros investimentos correntes	121 121	259 259
	1.762	1.475

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (nota 22).

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o sequinte detalhe:



Rubricas	2008	2007
Derivados sobre Commodities	27.368	99
Derivados sobre Taxa de Juro	406	591
Instrumentos financeiros (Nota 22)	27.774	690
Acções em empresas Participadas	6	11
Outros titulos negociáveis	3.606	2.628
Depositos a prazo	2.238	2.260
Depósitos à ordem	378	567
Outros investimentos correntes (Nota 17)	6.228	5.466
	34.002	6.156

O aumento ocorrido no primeiro semestre de 2008, deve-se essencialmente à realização de contratos de derivados financeiros sobre commodities. A 30 de Junho de 2008 os derivados financeiros existentes no Grupo encontram-se descritos na nota 22.

## **17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES**

Em 30 de Junho de 2008, 31 de Dezembro de 2007 e 30 de Junho de 2007 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2008	Dezembro 2007	Junho 2007
Numerário	10.061	3.301	16.166
Depósitos a Ordem	67.084	78.651	129.662
Depósitos a prazo	4.698	2.713	6.774
Outros titulos negociáveis	10.014	4.063	7.662
Outras aplicações de tesouraria	233.279	18.448	21.408
Caixa e seus equivalentes no balanço	325.136	107.176	181.672
Outros investimentos correntes (Nota 16)	6.228	5.466	4.769
Descobertos bancários (Nota 19)	(199.482)	(129.552)	(255.760)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	131.882	(16.910)	(69.319)

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria, em 30 de Junho de 2008, inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do grupo:

Galp Investment Fund, PLC	210.000
,	210.000
CLCM - Companhia Logistica de Combustíveis da Madeira, S.A.	6.500
Petrogal Brasil, Lda.	5.185
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda	3.507
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	2.000
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	1.800
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	1.800
Galp Serviexpress, S.L.U.	1.246
Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal	1.200
Outras empresas do grupo	41
	233.279

No decurso do primeiro semestre de 2008 a subsidiária Petrogal, S.A. procedeu ao reembolso dos adiantamentos recebidos (realizados no âmbito da operação de titularização de contas a receber) do Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, os quais foram aplicados por esta entidade tendo em conta o reembolso final aos



subscritores das unidades de titularização realizado no decurso do mês de Julho de 2008, e a consequente liquidação do fundo na mesma data (Nota 19).

#### 18. CAPITAL SOCIAL

#### Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o primeiro semestre de 2008. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de Acções	Junho 2008	Dezembro 2007
Acções Tipo A Acções Tipo B	40.000.000 789.250.635	40.000.000 789.250.635
Número total de acções	829.250.635	829.250.635
Valor nominal acções	829.251	829.251

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagradas no artº 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

## Estrutura Accionista

A estrutura Accionista sofreu as seguintes alterações durante o semestre findo em 30 de Junho de 2008 relativamente a 31 de Dezembro de 2007:

No decurso do primeiro semestre de 2008, a Fidelity International Limited passou a deter uma participação qualificada representativa de 2,01% dos direitos de voto, calculada de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Durante o primeiro semestre de 2008, o Banco BPI, S.A., alienou em diferentes transacções no mercado regulado da Euronext Lisbon, acções da Galp Energia SGPS,S.A.. Após a referida alienação, a participação qualificada imputável ao



Banco BPI, calculada em termos de direitos de voto e de acordo com o artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, passou ela própria a ser inferior a 2%.

Em consequência das situações referidas anteriormente, o capital da Empresa em 30 de Junho de 2008, encontravase totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º Acções	Valor	% Capital
		Nominal	
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	1 Euro	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1 Euro	1,00%
ENI S.p.A	276.472.160	1 Euro	33,34%
Fidelity International Limited	16.628.682	1 Euro	2,01%
S.A.	58.079.514	1 Euro	7,00%
Restantes accionistas	193.305.608	1 Euro	23,31%
	829.250.635	_	100%

## 19. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

Junho 2008		Dezembro 2007	
Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
206.849	302.027	171.418	93.311
23.611	176.343	27.915	186.866
199.482	-	129.552	-
1.652	-	1.294	-
2.030	<u>-</u>	4.000	<u>-</u>
433.624	478.370	334.179	280.177
675	58	1.588	536
434.299	478.428	335.767	280.713
-	(934)	-	(1.001)
434.299	477.494	335.767	279.712
-	15.772	-	15.772
210.000	<u>-</u>	-	210.000
210.000	15.772	-	225.772
644.299	493.266	335.767	505.484
	Corrente  206.849 23.611 199.482 1.652 2.030 433.624  675 434.299  - 210.000 210.000	Corrente         Não Corrente           206.849         302.027           23.611         176.343           199.482         -           1.652         -           2.030         -           433.624         478.370           675         58           434.299         478.428           -         (934)           434.299         477.494           -         15.772           210.000         -           210.000         15.772	Corrente         Não Corrente         Corrente           206.849         302.027         171.418           23.611         176.343         27.915           199.482         -         129.552           1.652         -         1.294           2.030         -         4.000           433.624         478.370         334.179           675         58         1.588           434.299         478.428         335.767           -         (934)         -           434.299         477.494         335.767           -         15.772         -           210.000         -         -           210.000         15.772         -

Os empréstimos não correntes, excluindo *project finance fees*, em 30 de Junho de 2008 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2009	24.945
2010	38.658
2011	27.740
2012	231.679
2013 e seguintes	171.178
	494.200



Os empréstimos não correntes com reembolso previsto no exercício de 2010 sofreram uma redução de aproximadamente mEuros 210.000, em virtude da data prevista para a liquidação do empréstimo obrigacionista Galp Investment Fund ter passado para o segundo semestre de 2008.

Em 30 de Junho de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos podem ser caracterizados como seque:

		Junho 2008		Dezembr	o 2007
Divisa		Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)
Dolares dos Estados Unidos da América	USD	3.020	1.287	3.020	1.469
Francos de Cabo Verde	CFA	229.585	227	229.585	269
Euros	EUR	897.223	707.316	647.459	477.772
			708.830		479.510

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos em Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 foram 5.03% e 4,63% respectivamente.

## Caracterização dos principais empréstimos

## Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2008 a empresa tem contratados programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.165.000, que se dividem em de mEuros 600.000 de médio e longo prazo e mEuros 565.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 210.000 no médio e longo prazo dado ser intenção da empresa manter este financiamento ate 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação, e mEuros 200.000 no curto prazo.

Adicionalmente, o Grupo tem registado empréstimos internos a médio e longo prazo no montante de mEuros 92.097, relativo essencialmente a diversos "project finance" realizados nomeadamente pelas empresas CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A..

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior á data de subscrição, adicionada de spreads variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pela Empresa. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantêmse inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

Do montante de mEuros 196.255 (do qual mEuros 176.343 registados a médio e longo prazo) referente a financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, mEuros 58.000 destinam-se à construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines e o montante remanescente está garantido por Sindicatos Bancários.



A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo, no montante total de mEuros 526.851.

## Empréstimos obrigacionistas

# i) Emissão de 1998 – Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

Actualmente, e após os pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, que ocorreram em 2006, no montante de mEuros 34.107, o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22°, 24°, 26°, 28° e 30° cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10° cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20°, 22°, 24°, 26° e 28° cupões

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa "Euribor a 6 meses", em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

## ii) Emissão 2003 - Galp Investment Fund

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade de 5 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. No decurso do mês de Julho de 2008, o montante total de mEuros 210.000 foi liquidado pelo Galp Investment Fund , PLC aos subscritores da unidades de titularização de créditos, de acordo com o prazo de maturidade anteriormente referido (Nota 17). Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 4.210 (Nota 8).



#### 20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007:

	Junho 2008		Dezemb	ro 2007
Rubricas	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petroliferos	161.932	-	179.874	-
IVA a pagar	196.275	-	175.316	-
Outras tributações	5.738	16	6.125	13
Segurança social	6.987	-	4.677	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	5.175	-	4.383	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	7.625	-	7.670
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	122	-	228	-
Adiantamentos por conta de vendas	410.557	-	302.375	-
Fornecedores de imobilizado	101.367	585	115.680	683
Overlifting - parceiros dos Blocos 1 e 14	56.413	-	49.247	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	13.335	-	15.141	-
Pessoal	2.871	-	2.495	-
Saldos credores de clientes	709	-	1.416	-
Adiantamentos de Clientes	-	-	756	-
Outros credores	37.121	3.237	16.826	2.915
	998.602	11.463	874.539	11.281
Acréscimos de custos:			_	
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	18.663	-	25.636	-
Fornecimentos e serviços externos	27.666	-	24.151	-
Prémios de Produtividade	9.767	-	16.766	-
Descontos, Bónus e Rappel Relacionados com Vendas	9.554	-	8.704	-
Brindes Fastgalp	5.288	-	5.312	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	334	-	308	-
Custos e perdas financeiros	1.378	-	1.794	-
Juros a liquidar	2.499	-	1.717	-
Prémios de Seguro a liquidar	8.749	-	1.930	-
Outros acréscimos de custos	5.088	-	3.526	-
	88.986		89.844	-
Proveitos diferidos:				
Fibra óptica	2.132	46.969	4.263	47.167
Prestação de Serviços	14.759	-	6.236	-
Outros	7.405	3.304	6.184	3.309
	24.296	50.273	16.683	50.476
	1.111.884	61.736	981.066	61.757

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas inclui o montante mEuros 409.893 relativo a responsabilidades do grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 15).

O montante de mEuros 56.413 registado na rubrica de outras contas a pagar - overlifting – parceiros dos blocos 1 e 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizado ao preço de mercado.

O montante de mEuros 13.335, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 12.998 referente à responsabilidade da Petrogal em 30 de Junho de 2008, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, as foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.



O montante mEuros 7.625 registado na rubrica empréstimos não correntes a empresas associadas participadas e relacionadas refere-se essencialmente a:

- mEuros 2.902 respeitam a suprimentos a pagar à Eni, S.p.a pela subsidiaria Lusitaniagás Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;
- mEuros 887, mEuros 887 e mEuros 444 respeitam a suprimentos a pagar à E.E.M. Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog- Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.. pela subsidiaria CLCM- Companhia Logística de Combustíveis de Madeira, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.253 respeitam a suprimentos a pagar à Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.. pela subsidiaria Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 443 respeitam a suprimentos a pagar à Companhia Finerge Gestão de Projectos Energéticos, S.A.
   pela subsidiaria Powercer Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;
- mEuros 808 respeitam a suprimentos a pagar a parceiros do consórcio Ventinveste.

Os montantes registados em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 na rubrica de acréscimo de custos – fornecimentos e serviços externos corresponde à especialização naqueles exercícios de diversos custos para os quais, em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 o grupo não dispunha ainda das respectivas facturas.

O montante de mEuros 5.288 registado na rubrica de acréscimos de custos refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos em Junho de 2008, referente ao cartão Fast Galp, e em que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 30 de Junho de 2008, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 49.101.

#### 21. PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica de provisões apresentava o sequinte detalhe:



Junho 2008	Dezembro 2007
10.212	10.357
1.583	2.006
13.605	14.307
8.715	9.008
57.162	46.893
91.277	82.571
	10.212 1.583 13.605 8.715 57.162

#### Processos judiciais

O montante de mEuros 10.212 registado em 30 de Junho de 2008 na rubrica de processos judiciais em curso, inclui o montante de mEuros 4.397 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do grupo petrogal.

#### Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, o montante de mEuros 1.583 refere-se à Sonangalp - Soc. Distribuidora e Comercialização de Combustíveis, Lda.

#### **Impostos**

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 13.605 inclui essencialmente: (i) mEuros 2.547 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 2000 a 2007; (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A. objecto de liquidação adicional pelas autoridades fiscais; (iii) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correcção à matéria colectável da Subsidiaria Petrogal S.A. relativa aos exercícios de 2001 e 2002.

#### Meio Ambiente

O montante mEuros 8.715 registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

# Outros riscos e encargos

Em 30 de Junho de 2008, o saldo da rubrica provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 57.162 refere-se essencialmente a:



- i) mEuros 12.417 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é calculada através da aplicação da estimativa dos custos totais de abandono ao coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção do período;
- ii) mEuros 4.819 para fazer face a liquidações adicionais de IRP (Imposto sobre o rendimento do petróleo) em Angola;
- iii) mEuros 27.421 para fazer face ao diferendo sobre preço do gás existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquified Natural Gas Limited ("NLNG") e por este submetido a arbitragem, respeitante à interpretação e aplicação de certas disposições de dois contratos de fornecimento de gás natural liquifeito. A Galp Gás Natural, S.A. contesta as posições assumidas pela NLNG no processo em causa, na medida em que considera as pretensões da NLNG sem fundamento esperando-se que o tribunal tome a sua decisão no decurso do presente exercício;
- iv) mEuros 2.612 para fazer face a um processo de reclamação de serviços de flushing da linha do Terminal Oceânico de Leixões;
- v) mEuros 4.860 refere-se a provisão para fazer face ao processo de reclamação efectuada pela EDP no âmbito das reservas de segurança;
- vi) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões;
- vii) mEuros 465 para fazer face a custos com o levantamento de postos do retalho;
- viii) mEuros 660 para fazer face a pré-reformas já negociadas e a ocorrer em 2008.

#### 22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos cashflows futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos cashflows futuros esperados da sua actividade.



A diminuição verificada no justo valor reflectido no Activo e Passivo e em consequência da variação do justo valor no Capital Próprio no semestre findo em 30 de Junho de 2008, no montante de mEuros 253, refere-se essencialmente a derivados financeiros de taxa de juro de cobertura de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas no montante negativo de mEuros 11, deduzido dos respectivos Interesses minoritários no montante de mEuros 117 e diminuído de mEuros 147 referente à variação de justo valor de empresas associadas.

O valor referente ao movimento do justo valor reflectido no Capital Próprio para o exercício findo em 30 de Junho de 2007, ascendeu a mEuros 1.129, sendo mEuros 1.232 de justo valor reflectido atribuível a accionistas diminuído de mEuros 223 de Interesses minoritários e adicionado de mEuros 326 referente à variação de justo valor de empresas associadas.

Os instrumentos financeiros sobre taxa de juro, durante o 1º semestre de 2008 e 2007, apresentam as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Activ	0	Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2007	1.121	269	(252)	(667)
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Juros pagos/recebidos durante o semestre	(69)	304	-	39
Diminuição/(aumento) dos juros suportados reflectidos em resultados	67	(304)	-	(39)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	2	152	64	579
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	893	22	188	26
Justo valor em 30 de Junho de 2007	2.014	443		(62)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 16)	1.216	591	(5)	-
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Juros pagos/(recebidos) durante o semestre	(336)	(529)	(2)	-
Diminuição/(aumento) dos juros suportados reflectidos em resultados	336	529	2	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(87)	79	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	512	(264)	5	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008 (Nota 16)	1.641	406		_

Os instrumentos financeiros com impacto na rubrica de Custo das Vendas a 30 de Junho de 2008 e 2007 são os relacionados com derivados e futuros sobre "commodities". Os movimentos ocorridos no Balanço e demonstração de resultados destes instrumentos financeiros podem ser visualizados nos quadros abaixo:



Derivados sobre Commodities	Activ	/0	Passi	vo
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2007	-	6.874	-	(2.260)
Aquisições durante o semestre	-	2.747	-	-
Alienações durante o semestre	-	1.171	-	
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(1.171)	-	
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	981	-	(5.192)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2007		10.602	-	(7.452)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 16)	-	99	-	-
Aquisições durante o semestre	-	128	-	-
Alienações durante o semestre	-	(6.511)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	6.489	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	27.163	-	(27.911)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008 (Nota 16)	<del></del>	27.368		(27.911)

Durante o 1º semestre de 2008 o grupo Galp Energia adquiriu derivados financeiros em leilão, nomeadamente opções sobre energia eléctrica. Devido à complexidade de avaliação deste tipo derivados, pelo facto do subjacente não ser armazenável e do mercado MIBEL (Mercado Ibérico de Electricidade) ser ainda considerado um mercado recente, foi considerado que o "Mark to Market" desses derivados financeiros não é ainda mensurado com fiabilidade. Desta forma, a Galp Energia regista esses derivados financeiros ao custo, o qual ascendeu a mEuros 105.

O grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre Commodities. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de Disponibilidades. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre Commodities, são reflectidos na rubrica do Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:



Futuros sobre Commodities	Acti	vo	Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2007	-	904	-	
Aquisições durante o semestre	-	12.137	-	
Alienações durante o semestre	-	(10.226)	-	
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(678)	-	
Justo valor em 30 de Junho de 2007	-	2.137	-	
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	938	-	
Aquisições durante o semestre	-	47.196	-	
Alienações durante o semestre	-	(42.226)	-	
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(4.181)	-	
justo valor em 30 de junho de 2008		1.727		

Os instrumentos financeiros, derivados sobre taxa de juro e derivados sobre "commodities", a 30 de Junho de 2008 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<u>Activo</u>				
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Collar	Paga Euribor 6m entre min 1,75% e max 3,25% (sobre Euribor 6m)	mEur 13.830	2010	529
Caps	Paga Euribor 6m até max 3,25% (sobre Euribor 6m)	mEUR 4.610	2010	170
Swap com Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m até max 3,49% com knock-out 5,25% (sobre Euribor 12m set-in-arrears)	mEUR 6.331	2010	49
Swaps	Paga entre 3,17% e 4,49% Recebe Euribor 3m e 6m	mEUR 46.720	2008 a 2013	993
	Outros Derivados Financeiros			
Swaps	Paga entre 3,50% e 3,94% Recebe Euribor 3m	mEUR 20.000	2008 e 2009	129
Caps	Paga Euribor 3m até max 4% (sobre Euribor 3m)	mEUR 80.000	2008	177
				2.047



Tipo de Derivado sobre Commodities	Caracteristicas	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<u>Activo</u>			
Swaps	Sobre Preço do Gás Natural	2008	438
Swaps	Sobre Preço do Jet Fuel	2008	8.304
Swaps	Sobre o Preço do Brent	2008	18.521
Opções	Sobre Energia eléctrica	2008	105
			27.368
<u>Passivo</u>			
Swaps	Sobre Preço do Jet Fuel	2008	(6.765)
Swaps	Sobre o Preço do Brent	2008	(21.146)
			(27.911)
		<b>Toal de Activos</b> Não correntes (Nota 16)	<b>29.415</b> 1.641
		Correntes (Nota 16)	27.774
		<b>Total de Passivos</b> Não correntes Correntes	<b>(27.911)</b> - (27.911)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

#### 23. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2007 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 265.360, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 6 de Maio de 2008, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 126.046 durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e liquidados no semestre findo em 30 de Junho de 2008 o restante montante de mEuros 139.314.

No decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2008 foram liquidados mEuros 57 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal.

Como consequência anteriormente referido, no decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2008, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 139.371.



## 24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 2007 foi de mEuros 3.039 e mEuros 2.295 respectivamente (Nota 6), da qual mEuros 1.687 e mEuros 1.597 corresponde a remuneração base, mEuros 1.001 e mEuros 310 a gratificações/prémios, mEuros 276 e mEuros 245 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 75 e mEuros 142 a outros benefícios, respectivamente.

As remunerações pagas aos Administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.P.A., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola S.A., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 30 de Junho de 2008 e 30 de Junho de 2007 ascendem a mEuros 709 e mEuros 779 respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo Galp Energia.

#### 25. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

## Responsabilidades contingentes

Em 30 de Junho de 2008 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 30 de Junho de 2008, a Empresa tinha uma responsabilidade contingente relacionado com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Driftal, entretanto liquidada (Nota 3 b), envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração da empresa, suportado por opinião de advogado, considera que decorrente deste processo não resultará qualquer encargo para a empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante;
- ii)Diversas Autarquias exigem pagamentos respeitantes à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de mEuros 22.543.

No entanto, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direcção Geral de Energia e Geologia e a Empresa, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após transito em julgado da respectiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos



sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infra-estruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efectivamente liquidado pelo mesmo.

iii) O processo de reclamação da Nigeria Liquified Natural Gas Limited ("NLNG") que se encontra em arbitragem (Nota 21).

# Activos contingentes

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. (actualmente designada Galp Energia SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S.A. (actualmente designada Galp Gás Natural S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP SGPS, S.A., Transgás SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.



Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em 315.000 mEuros, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de 748.197 mEuros. Assim, haverá lugar a um "upside" para estas empresas, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. (fundida Galp Energia SGPS., S.A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP Distribuição SGPS., S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

# Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Sub-Grupo GDP e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2008 são como segue:

- mEuros 23.370 de responsabilidades cobertas pelo fundo de pensões GDP;
- mEuros 1.172 e mEuros 935 de responsabilidades com o plano de pensões e com cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo de contribuição definida, respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% ou por corresponderem a excessos de "corredor" ainda não reconhecidos na demonstração de resultados.

Os compromissos financeiros assumidos pelo Sub-Grupo Petrogal e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2008 são:

- mEuros 40.269 relacionados com encomendas não satisfeitas de imobilizações corpóreas;
- mEuros 1.776 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 331.951 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal. No primeiro semestre do ano as perdas financeiras (não reflectidas na demonstração de resultados) do Fundo de Pensões da Petrogal ascenderam a mEuros 15.626. Os activos do fundo de Pensão Petrogal desvalorizaram-se mEur 7.104 totalmente compensados pela diminuição das responsabilidades, resultante da alteração da taxa de desconto de 5,45% para 5,7%, mantendo o fundo rácios de solvabilidade elevados a 99%;
- mEuros 35.202 e mEuros 15.248 de responsabilidades com o Plano de pensões e com cuidados de saúde, seguro de vida e beneficio mínimo de contribuição definida, respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% ou por corresponderem a excessos de corredor ainda não reconhecidos na demonstração de resultados.



A 18 de Setembro de 2007 foi celebrado um contrato entre a Ventinveste, S.A. e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) que tem como objecto a atribuição de capacidade de injecção de potência na Rede do Sistema Eléctrico de Serviço Público e a identificação dos Pontos de Recepção associados para energia eléctrica produzida nos Parques Eólicos.

O contrato estabelece as seguintes obrigações específicas, cuja valorização totaliza cerca de mEuros 619.776, excluindo o desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos:

- a) construção e exploração de parques eólicos, em valor correspondente a mEuros 460.000;
- b) prática de um desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos;
- c) execução de projecto industrial correspondente a mEuros 27.150;
- d) a realização de investimento industrial indirecto correspondente a mEuros 39.206;
- e) criação directa de 692 postos de trabalho no Projecto Industrial, correspondente a mEuros 16.733;
- f) criação de 635 postos de trabalho induzidos relativo ao investimento industrial indirecto, correspondente a mEuros 15.354;
- g) disponibilização de funcionalidades que permitam contribuir para a gestão técnica do sistema, correspondente a mEuros 19.500;
- h) contribuição para a constituição de um Fundo de Incentivo à Inovação, correspondente a mEuros 41.833.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de mEuros 25.332 e por fiança prestada pelos accionistas Galp Power, Martifer e Enersis igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Directo total, i.e., mEuros 50.665. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

Para garantia do cumprimento das obrigações específicas relacionadas com o projecto industrial, o montante coberto pela garantia bancária nunca poderá ser inferior a mEuros 902, desde a data de entrada em exploração do projecto Industrial até à última das seguintes datas: (i) termo do prazo de 9 anos a contar da data de entrada em exploração do projecto Industrial; ou (ii) data em que seja atingido um Rácio Exportações/Vendas de 60% relativamente à produção verificada até ao momento, em que a garantia bancária será reduzida para um montante correspondente à multiplicação do número de anos que restem para cumprir o prazo mínimo de 17 anos para a vida útil do projecto Industrial pelo valor de mEuros 113, sendo o montante máximo garantido progressivamente reduzido, em cada ano, no montante de mEuros 113 até ao termo do referido prazo de 17 anos.



Não foram reconhecidos a totalidade dos Activos e Passivos resultantes deste contrato, visto que à data de 30 de Junho de 2008 não se encontravam concretizados todos esses Investimentos e obrigações.

A Galp Power, SGPS, S.A. na qualidade de accionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projecto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

Durante o ano de 2007 prosseguiu a utilização do designado biodiesel de 1ª geração (FAME), obtido por transesterificação dos óleos vegetais, como componente do gasóleo rodoviário.

Considerando que a partir de Janeiro 2010 se torna obrigatório incorporar 5,75% (v/v) de biodiesel no gasóleo e, tendo em atenção que o designado FAME apresenta algumas propriedades físicas-químicas que prejudicam a sua aptidão como componente de gasóleo, a Galpenergia arrancou com um projecto duma instalação de produção de biodiesel de 2ª. geração (Greendiesel) adquirindo à UOP/ENI a licença de processo Ecofining, o qual compreende um tratamento combinado de hidrogenação e isomerisação que permite, a partir das gorduras animais e vegetais, obter um biodiesel com excelentes características físico-químicas.

O projecto em curso, visa a produção de 300.000 t/a de greendiesel, devendo estar concluído em 2010;

Consciente das suas responsabilidades para com o meio envolvente, a Petrogal, decidiu em Setembro de 1998 comprometer-se publicamente na protecção ambiental através da assinatura de um Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental com o Ministério da Economia e com o Ministério do Ambiente. No âmbito deste protocolo que estabeleceu um vasto conjunto de acções de protecção ambiental – Programa de Acções Ambientais – apenas estão em curso as alterações processuais no âmbito da adequação das refinarias às condições estabelecidas no âmbito de Diplomas Legais (PCIP, GIC's), no período 2007/2008.

Acresce ainda referir, que a Empresa em 2007 deu continuidade ao programa de requalificação da sua rede de postos de abastecimento, garantindo a sua adequação aos requisitos legais e cumprindo o estabelecido no Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental da Petrogal;

#### Garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2008 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mUSD 108.551 e mEuros 131.950, das quais as mais significativas são:

- i. Garantia no montante de mUSD 13.515 constituídas a favor do Governo de Timor-Leste;
- ii. Em 30 de Junho de 2008 existiam garantias no montante de mEuros 27.635 a favor de terceiros por conta de empresas do grupo e associadas;
- iii. Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Galp Gás Natural) dos seguintes créditos concedidos à EMPL Europe Maghreb Pipeline, Limited:



	Tipo	Totais de créditos mUSD	Parte Galp Gás Natural mUSD
BEI	Bancária	190.636	67.636
ICO	Bancária	100.000	27.400
		290.636	95.036

- iv. Garantias no montante de mEuros 20.449 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- v. Garantia no montante de mEuros 19.952, constituída a favor do Tribunal da Comarca de Lisboa, 2ª vara 1ª
   Secção, no âmbito do processo judicial em curso referente á reprivatização da Driftal;
- vi. Garantias no montante de mEuros 17.577 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo.
- vii. Garantias no montante de mEuros 15.042 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais;
- viii. Em 30 de Junho de 2008, existiam cartas de conforto no montante de mEuros 10.660 a favor de terceiros por conta de empresas do grupo e associadas;
  - ix. Garantias no montante de mEuros 10.135 constituídas a favor do Tribunais, destinadas a servir de caução no âmbito de processos judiciais;
  - x. Garantias no montante de mEuros 5.500 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.;
- xi. Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir Português à Transgás Armazenagem, S.A.;

#### 26. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de



emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do grupo Galp Energia.

Foi publicado em Diário da República o Despacho nº2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão ("LE"). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações, actualmente em operação e considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

No quadro abaixo apresentam-se as instalações actualmente operadas pelo Grupo, bem como as respectivas licenças anuais de emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão):

Empresa	Instalações	Licenças Ton/CO2 atribuídas PNALE II
Petrogal	Refinaria de Sines Refinaria do Porto	2.137.550 1.098.025
	Subtotal Grupo Petrogal	3.235.575
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração Cogeração	161.539 47.192
	Subtotal Grupo Galp Power	208.731
	Total Grupo Galp Energia	3.444.306

No primeiro semestre de 2008, foram emitidas as seguintes quantidades de gases com efeito de estufa (Ton/CO2) pelas instalações supra mencionadas:

Empresa	Instalações	Gases emitidos durante o 1ºsemestre de 2008 (a)	Licenças acumuladas Ton/CO2 em carteira	Previsão anual de emissão de gases 2008
Petrogal	Refinaria de Sines	1.063.757	2.137.550	2.007.367
	Refinaria do Porto	597.036	1.098.025	1.150.000
	Subtotal Grupo Petrogal	1.660.793	3.235.575	3.157.367
Carriço Cogeração	Cogeração	55.627	161.539	120.490
Powercer	Cogeração	20.023	47.192	40.450
	Subtotal Grupo Galp Power	75.650	208.731	160.940
	Total Grupo Galp Energia	1.736.443	3.444.306	3.318.307

<sup>(</sup>a) Valores pro-forma de Gases CO2 emitidos, sujeitos a auditorias ambientais

As licenças acumuladas em carteira a 31 de Dezembro de 2007, e portanto respeitantes ao triénio 2005-2007 (PNALE I), foram utilizadas para satisfazer o montante das emissões com gases com efeito de estufa emitidos durante o ano de 2007. As licenças remanescentes em carteira que não foram utilizadas perderam a sua validade para o período 2008-2012.



O grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Conforme supra indicado, e apenas no caso da instalação da Refinaria do Porto, as licenças atribuídas revelam-se inferiores ao volume de gases emitidos estimados para o ano. Este défice, caso se venha a verificar, pode ser compensado entre instalações do grupo Galp Energia. Em 30 de Junho de 2008, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

#### 27. UNBUNDLING

Em 6 de Julho de 2007, a REN – Rede Eléctrica Nacional, SA enviou à Galp uma carta contendo três cheques no montante de global de mEuros 24.026, dos quais mEuros 23.335 seriam para pagamento de acerto do preço de venda dos Activos regulados do Gás Natural e da participação financeira na Transgás Atlântico, S.A. efectuado a coberto do contrato de promessa de compra e venda, celebrado em 30 de Agosto de 2006 e mEuros 691 relativos a juros fixados, nos termos dos nºs 9 a 11 da cláusula 6ª do mesmo contrato de promessa, na sequência das avaliações apresentadas em Junho de 2007.

Em resposta, através das suas cartas de 26 de Junho 2007, de 16 de Julho 2007 e de 6 de Agosto de 2007, a Galp Energia manifestou o seu desacordo quanto às avaliações efectuadas. Por se encontrar em curso, no primeiro semestre de 2007, uma negociação conjunta do acerto de preço e restantes assuntos, o montante recebido não se configurava como certo, motivo pelo qual não foi reconhecido. No decurso do segundo semestre de 2007 os assuntos em disputa foram separados no processo de negociação com a REN. Por ser entendimento do Conselho de Administração que o montante relativo ao acerto de preço não poderá vir a ser inferior, podendo todavia o montante vir a ser superior em virtude do desacordo por parte da Galp Energia, o montante recebido foi reconhecido na demonstração de resultados.

Encontram-se ainda em negociação no âmbito da referida operação de "unbundling" um conjunto de assuntos, nomeadamente, a aplicação retroactiva da tarifa, a dívida líquida da REN Gasodutos à Galp, vencimentos e prémios de pessoal, questões fiscais, acerto de activos diversos, regularização de subsídios, entre outros.

### 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Taxa de tributação autónoma para empresas de fabricação e de distribuição de produtos petrolíferos refinados

Foi aprovado pelo Conselho de Ministros, em 10 de Julho de 2008, entre outras medidas, a utilização do FIFO ("First In First Out") ou do Custo Médio Ponderado como critérios de valorimetria dos stocks de petróleo para efeitos fiscais, para as empresas de fabricação e distribuição de produtos petrolíferos refinados. Enquanto empresa do sector de Oil &



Gas, e apresentando as suas demonstrações financeiras consolidadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), a Galp Energia já evidencia nos resultados apresentados o critério valorimétrico FIFO.

#### Aquisição das actividades da ENI e da ExxonMobil em Portugal e Espanha

Foi comunicado a 6 de Agosto de 2008 o valor final para a aquisição das actividades de distribuição de produtos petrolíferos que as afiliadas da Eni possuem, em Portugal e Espanha. A transacção inclui a rede de estações de serviço da Eni nos dois países, sob a marca Agip, bem como o negócio de "Wholesale" (excluindo o negócio dos lubrificantes).

A aquisição acima mencionada, em conjunto com a aquisição, anunciada a 18 de Abril de 2008, dos negócios de distribuição de combustíveis e de parte do negócio dos lubrificantes das afiliadas da ExxonMobil em Portugal e Espanha, envolvem um valor global de mEuros 695.000.

#### Descoberta petrolífera

A 7 de Agosto de 2008 foi comunicado que o consórcio formado pela Petrobrás, pela BG Group e pela Galp Energia, para a exploração do bloco BM-S-11, na Bacia de Santos comprovou a ocorrência de uma jazida de petróleo leve, nos reservatórios do pré-sal.

O novo poço de exploração, denominado 1-BRSA-618-RJS (1-RJS-656), informalmente conhecido como lara, localizase a cerca de 230Km do litoral da cidade de Rio de Janeiro, em lâmina de água de 2.230 metros. O poço encontra-se em perfuração, na busca de objectivos mais profundos.



#### O TÉCNICO DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luis Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Alberto Maria Chiarini

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Piro

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia



# RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

#### Introdução

- 1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Empresa") incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 6.716.377 mEuros e capitais próprios de 2.806.521 mEuros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Empresa de 524.061 mEuros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
- 2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias.

#### Responsabilidades

- 3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, das alterações no capital próprio e dos seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.



#### Âmbito

- 5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
- 6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

#### Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 referida no parágrafo 1 acima da Galp Energia, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Agosto de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo



# INFORMAÇÃO ADICIONAL

# BASES DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, relativas aos seis meses findos em 30 de Junho de 2008 e 2007, foram elaboradas em conformidade com as IFRS. A informação financeira referente à demonstração de resultados consolidados é apresentada para os semestres findos em 30 de Junho de 2008 e 30 de Junho de 2007. A informação financeira referente ao balanço consolidado é apresentada às datas de 30 de Junho de 2008 e de 31 de Dezembro de 2007.

Por as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com as IFRS, o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas é valorizado a FIFO, o que pode originar uma grande volatilidade nos resultados em momentos em que existam grandes oscilações nos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas em *stocks*, sem que tal traduza o desempenho operacional da

empresa. Daqui por diante neste documento, passamos a designar este efeito por efeito *stock*.

Outro factor que pode afectar os resultados da empresa sem ser um indicador do seu verdadeiro desempenho é o conjunto de eventos de natureza não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de restruturação.

Com o objectivo de avaliar o desempenho operacional do negócio da Galp Energia, os resultados operacionais e os resultados líquidos *replacement cost* ajustados não incluem eventos não recorrentes nem o efeito *stock,* porque foram apurados utilizando o método do custo de substituição de *stocks,* designado *replacement cost.* 

# **DEFINIÇÕES**

BBLT	Benguela, Belize, Lobito e Tomboco
CLH	Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.
СМР	Custo Médio Ponderado
EBITDA	O EBITDA é definido como resultados operacionais adicionados das amortizações e provisões. O EBITDA não é uma medida padrão, pelo que não deverá ser utilizado nas comparações entre empresas. O EBITDA não é uma medida directa de liquidez e deverá ser analisado conjuntamente com os <i>cash flows</i> reais resultantes das actividades operacionais e tendo em conta os compromissos financeiros existentes
EUA	Estados Unidos da América
FIFO	First In First Out



Galp Energia, Empresa ou Grupo	Galp Energia, SGPS, S.A. e empresas participadas
GNL	Gás Natural Liquefeito
IAS	International accounting Standards
IFRS	International Financial Reporting Standards
IPH	O índice de produtibilidade hidroeléctrica é um indicador que permite quantificar o desvio do valor total da energia eléctrica produzida por via hídrica num determinado período, em relação à que se produziria se ocorresse um regime hidrológico médio, o qual tem um IPH de 1. Valores abaixo de 1, representam desvios negativos em relação ao ano médio
IRP	Imposto sobre o rendimento gerado nas vendas de petróleo em Angola
LIFO	Last In First Out
Margem <i>cracking</i> Roterdão	Margem <i>Cracking</i> de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% Dated Brent, +2,3% LPG FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +25,4% PM UL NWE FOB Bg, +7,4% Nafta NWE FOB Bg., +8,5% Jet NWE CIF, +33,3% ULSD 50 ppm NWE CIF Cg e +15,3% LSFO 1% FOB Cg.; C&Q: 7,7%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o Dated Brent; Frete 2008: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,13\$/ton. Rendimentos mássicos.
Margem <i>hydroskimming</i> + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão	Margem hydroskimming de Roterdão: -100% Dated Brent, +2,1% LPG FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +15,1% PM UL NWE FOB Bg, +4,0% Nafta NWE FOB Bg., +9% Jet NWE CIF Cg, 32,0% ULSD 10 ppm NWE CIF Cg. e +33,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; C&Q: 4,0%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o Dated Brent; Frete 2008: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5.13\$/ton.
	Margem aromáticos de Roterdão: -60% PM UL NWE FOB Bg, - 40,0% Nafta NWE FOB Bg., + 37% Nafta NWE FOB Bg., + 16,5% PM UL NWE FOB Bg + 6,5% Benzeno Roterdão FOB Bg + 18,5% Tolueno Roterdão FOB Bg + 16,6% Paraxileno Roterdão FOB Bg + 4,9% Ortoxileno Roterdão FOB Bg.; Consumos: -18% LSFO 1% CIF NEW. Rendimentos mássicos.
	Margem refinação Óleos Base: -100% Arabian Light, +3.5% LPG FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +13,0% Nafta NWE FOB Bg., +4,4% Jet NWE CIF, +34,0% ULSD 10 ppm NWE CIF, +4,5% VGO 1,6% NWE FOB cg, +14,0% Óleos



Base FOB, +26% HSFO 3,5% NWE Bg.; Consumos: -6,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; Quebras: 0.6%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o Dated Brent; Frete 2008: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,13\$/ton. Rendimentos mássicos.

Margem Hydroskimming + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão = 65% Margem hydroskimming de Roterdão + 15% Margem aromáticos de Roterdão + 20% Margem refinação Óleos Base.

#### **PSA**

## Production Sharing Agreement

#### Replacement cost

De acordo com esta metodologia, o custo das mercadorias vendidas é valorizado ao *Replacement Cost*, i.e., à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou fim dos períodos. O *Replacement Cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (POC e IFRS), não sendo consequentemente adoptado para efeitos da valorização de existências e não reflecte o custo de substituição de outros activos.

TL

Tombua Lândana

#### **ABREVIATURAS**

bbl: barris; bbl/d: barris por dia; Bg: *Barges*; Cg: *Cargoes*; CIF: *Costs, Insurance and Freights*; E&P: Exploração & Produção; Eur: Euro; FOB: *Free on Board*; G&P: Gas & Power; LSFO: *Low sulphur fuel oil*; m³: metros cúbicos; s.s.: sem significado; PM UL: *Premium unleaded*; R&D: Refinação & Distribuição; ULSD CIF Cg: *Ultra Low sulphur diesel* CIF *Cargoes*; Usd: dólar americano; OPEC - *Organization of the Petroleum Exporting Countries*.

#### **DISCLAIMER**

Este Relatório & Contas contém declarações prospectivas ("forward looking statements"), no que diz respeito aos resultados das operações e às actividades da Galp Energia, bem como alguns

planos e objectivos da empresa face a estas questões, Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeia", e outros termos similares, visam identificar tais forward looking statements. Os forward looking Statements envolvem, por natureza, riscos e incertezas, em virtude de estarem associados a eventos e a circunstâncias susceptíveis de ocorrerem no futuro. Os poderão resultados P desenvolvimentos diferir reais significativamente dos resultados expressos ou implícitos nas declarações em virtude de diferentes factores. Estes incluem, mas não se limitam, a mudanças ao nível dos custos, alterações ao nível de condições económicas e alterações a nível regulamentar.

Os forward looking statements reportam-se apenas à data em que são feitos, não assumindo a Galp Energia qualquer obrigação de os actualizar à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros, nem de explicar as razões porque os resultados efectivamente verificados são eventualmente diferentes.

# Direcção de Relações com Investidores e Comunicação Externa

Tel: +351 21 724 08 66 Fax: +351 21 724 29 65

E-mail: <a href="mailto:investor.relations@galpenergia.com">investor.relations@galpenergia.com</a>
Website: <a href="mailto:www.qalpenergia.com">www.qalpenergia.com</a>



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Sede: Rua Tomás da Fonseca Torre C, 1600-209 Lisboa
Capital Social: 829.250.635 Euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Pessoa Colectiva 504 499 777